

**A EMERGÊNCIA DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL NO ESTADO DO ACRE E A
RELAÇÃO DO CAMPESINATO ACREANO COM A NATUREZA¹**

**THE EMERGENCE OF ENVIRONMENTAL PROBLEMS IN THE STATE OF ACRE AND
THE RELATIONSHIP OF THE ACRE PEASANTRY WITH NATURE**

**LA APARICIÓN DE PROBLEMAS MEDIOAMBIENTALES EN EL ESTADO DE ACRE Y
LA RELACIÓN ENTRE EL CAMPESINADO ACREANO Y LA NATURALEZA**

 <https://doi.org/10.56238/sevened2025.026-004>

Mauro Cesar Rocha da Silva

Graduado em Ciências Sociais, habilitação em Ciência Política, pela Universidade Federal do Acre - UFAC (1998). Mestrado e doutorado em Ciências Sociais, em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA-UFRRJ (2012). Pós doutorado em Sociologia Política pela Universidad de la Havana, Cuba (2015). É Coordenador do Grupo de Pesquisa Cosmologia Humana: os sistemas políticos, os fatores da pessoa e o desenvolvimento evolutivo da condição humana do Centro de Filosofia e Ciência Humanas da Universidade Federal do Acre – CFCH-UFAC.

RESUMO

Na década de 1970, os conflitos sociais eclodem no campo devido à emergência de novos interesses que deslocam o posicionamento dos agentes no tecido social, em torno da direção do desenvolvimento. Do interior destes conflitos nasce o Movimento dos Seringueiros, trazendo o tema ambiental, que deu visibilidade à preocupação da preservação das florestas de seringueiras e castanheiras. A natureza passa a apresentar-se como recurso estratégico, a ser considerada na formulação das políticas de desenvolvimento. O equacionamento dos interesses colidentes dos agentes constituía-se no grande desafio a ser superado. Este artigo procura demonstrar como na areia movediça da sociedade acreana germinou o escopo de um projeto político, que em se fundamentando sobre a base dos recursos naturais, logrou responder tanto aos conflitos quando instrumentalizou a natureza como princípio de suporte para assentar o desenvolvimento do Acre. Trata-se de saber qual o sentimento que o futuro Governo da Floresta pinçou para completar o seu projeto político.

Palavras-chave: Campesinado Acreano. Natureza. Governo da Floresta.

ABSTRACT

In the 1970s, social conflicts broke out in the countryside due to the emergence of new interests that shifted the positioning of agents in the social fabric towards development. The Rubber Tappers Movement emerged from these conflicts, bringing environmental issues to the forefront, which gave visibility to concerns about preserving rubber and chestnut forests. Nature began to appear as a strategic resource to be considered in the formulation of development policies. Resolving the conflicting interests of agents was the great challenge to be overcome. This article seeks to demonstrate how the scope of a political project germinated in the quicksand of Acrean society, which, based on natural resources, managed to respond to conflicts and to use nature as a supporting principle to establish Acre's development. The aim is to find out what sentiment the future Forest Government drew on to complete its political project.

¹ Este artigo é parte da tese de doutorado intitulada Razões da Sustentabilidade do Governo da Floresta (2011).



Keywords: Acrean Peasantry. Nature. Forest Government.

RESUMEN

En la década de 1970 estallaron conflictos sociales en el campo debido a la aparición de nuevos intereses que desplazaron el posicionamiento de los agentes del tejido social hacia el desarrollo. De estos conflictos surgió el Movimiento de los Caucheros, que puso en primer plano las cuestiones medioambientales, lo que dio visibilidad a la preocupación por preservar los bosques de caucho y castaños. La naturaleza empezó a aparecer como un recurso estratégico a tener en cuenta en la formulación de las políticas de desarrollo. Resolver los intereses contrapuestos de los agentes era el gran reto a superar. Este artículo pretende demostrar cómo germinó en las arenas movedizas de la sociedad acretana el alcance de un proyecto político que, apoyándose en los recursos naturales, consiguió dar respuesta a los conflictos y utilizar la naturaleza como principio sustentador para asentar el desarrollo de Acre. El objetivo es averiguar en qué sentimiento se basó el futuro Gobierno Forestal para llevar a cabo su proyecto político.

Palabras clave: Campesinado de Acre. Naturaleza. Gobierno forestal.



1 INTRODUÇÃO

Na trajetória de ascensão do Governo da Floresta (1999-2006) dois movimentos tiveram suas partes precedentes colocamos em evidência dois acontecimentos históricos importantes no Acre – Revolução Acreana e Movimento Autonomista – que estão ligados ao projeto político do Governo da Floresta e lhe dão sustentação como subsídio de reforço histórico. Tivemos o intuito neste momento apenas de situá-los e recuperá-los para referenciá-los dentro do contexto ao qual eles se originaram a fim de, por um lado, procurar mostrar, por meio da tessitura que lhes recobria os seus propósitos, motivações e idéias constitutivas, e, por outro, diagnosticar as possibilidades abertas, os aspectos ou características ressentidas, ou negativas, as questões sociais que ainda não haviam sido sanadas, as coisas mal-resolvidas, não enfrentadas ou acionadas pelo poder político e que, portanto, estavam soltas, sem ressonância efetiva, no processo de desenvolvimento histórico acreano, as quais o governo Jorge Viana procurou ligá-las com o objetivo de alcançar estabilidade social, dinâmica econômica e legitimidade política para o seu governo. A ausência de laços de pertencimento social, dissidências regionais, dependência política, bem como frágil economia local constituíram alguns desses elementos que foram sendo interpretados para fortalecer novos objetivos. No essencial esses elementos deram nova roupagem para a interpretação dos fatos históricos regionais reforçando a importância os processos de resistência protagonizados por aqueles que levaram a cabo a Revolução Acre e o Movimento Autonomista. O Movimento Social de Seringueiros e Indígenas traria o último elemento para fundamentar o projeto do Governo da Floresta que se sustentaria sob o princípio do desenvolvimento sustentável, tendo a natureza como ele entre o desenvolvimento econômico, dinâmica social e legitimidade de poder político governamental.

Mas, para ligar os fios da história e recuperar o seu sentido, agregando-o a outros já consolidados oficialmente, tendo em vista a formação de uma consciência política renovada, que lhe fosse favorável, seria necessário dispor de um elemento que infundisse nos ânimos um sentimento de identificação comum que lhe fosse constitutivo, que definisse nos corações e nas almas dos acreanos seu próprio ser social, que mexesse na sua existência, penetrando no âmago do imaginário social da população que se sobrepusesse aos antagonismos e dissidências de interesses. Esse componente, por essa razão, teria que advir como antídoto para sanar o trauma social mais recente e mais agudo que havia estrangulado, seriamente, a sociedade local dividindo-a ao meio, derivado dos conflitos sociais no campo e da luta pela preservação das florestas, sustentada pelo sindicalismo rural.

Quase por ironia do destino, do ponto de conflito que mutilou a sociabilidade local, sairia o elo amalgamador do projeto político do governo – o sentimento pela Natureza, traduzido pela dependência dos recursos naturais, as florestas – através do qual se procuraria fixar o conteúdo de “vínculo com o lugar”, (o acreano é a relação com a natureza), materializado no projeto político de desenvolvimento sustentável, como base empírica da identidade do ser acreano.

O objetivo deste artigo é de trazer à tona esse sentido ou significado, que ganhou a questão ambiental, no Acre, com a emergência dos conflitos sócio-ambientais, no decorrer das décadas de 1970-1980, buscando dar à profundidade do confronto entre seringueiros e os novos fazendeiros, migrados à região, de modo a identificar o ponto ambíguo do enfrentamento, acerca do qual brotou a orientação do desenvolvimento que produziu a mentalidade da visão ambiental que seria apropriada pelo Governo da Floresta, do fim dos anos 1990, como símbolo da identidade do acreano. Nosso interesse ademais é de localizar as visões sobre a natureza, ou melhor, as duas principais visões que definiram as ações de apropriação dos recursos naturais e guiaram as políticas de desenvolvimento na região, tomando as evidências empíricas, que marcaram a existência social nos seringais acreanos, as práticas e ações dos seringalistas e seringueiros a ela relacionadas, bem como elas foram traduzidas em termos de socialização e diferenciação das mentalidades entre o campo e as cidades.

No primeiro momento, porém, daremos seqüência ao balanço concernente à trajetória das relações econômicas (dinâmica do mercado) e políticas (ação dos governos locais), mostrando primordialmente, como elas chegaram à década de 1970 e quais as questões que estiveram em jogo naquele momento, relativas à política econômica e ao desenvolvimento. Na segunda parte da seção, exploraremos as percepções sociais sobre a natureza que estavam em disputa, acerca das estratégias de desenvolvimento que emergiram com os conflitos sócio-ambientais dos anos 1970, no vale do alto Acre. Interessa também, ao final, observar como a visão hegemônica sobre a natureza se dissipou pela sociedade acreana em geral, de tal forma que o meio ambiente passou a ser evocado pelo poder político, como elo significativo, característico do homem acreano, que seria capaz de equacionar as diferenciações sociais e ligar os distintos agentes em dissidência, em torno de um vínculo comum – a identificação com a natureza e os seus recursos – configurando uma base onde pudesse ser assentada a identidade local do acreano, porque é precisamente no contexto da ligação entre economia política, isto é, da formação do mercado interno acreano e centralização governamental de um projeto de desenvolvimento, que se coloca de forma efetiva a questão da identidade acreana. A idéia sociológica de buscar o sentido ou mentalidade dos agentes ou grupos sociais dentro do mundo que os rodeia, relativo à orientação do desenvolvimento político e econômico do Acre, exige considerar que a ação entre os homens é dotada de sentido (WEBER, 2000) e que, portanto, os acontecimentos e eventos históricos contêm uma razão social, pois portam significados (ROMERO, 2004), isso porque a ação humana decorre da existência real dos homens de carne e osso que entram em relações entre si e com a natureza (MARX e ENGELS, 1987). Luís Alberto Romero (2004) nos advertiu dizendo que “não se trata de um sentido metafísico, mas humano, profano. Em suas palavras (...) a ação humana avança na história em direção a certas metas, certos fins, que surgiam do próprio processo da sociedade como tensa combinação da escolha do homem, de seus valores” (ibid, p. 38). Foi baseado nesse tipo de



argumentação que Pierre Bourdieu (1996) enunciou a razão como um atributo da ciência social, a parte da teoria da ação. Segundo as próprias palavras deste autor

...a sociologia postula que há uma razão para os agentes fazerem o que fazem (no sentido em que falamos de razão de uma série), razão que se deve descobrir para transformar uma série de condutas aparentemente incoerentes, arbitrárias, em uma série coerente, em algo que se possa compreender a partir de um princípio único ou de um conjunto coerente de princípios. Nesse sentido, a sociologia postula que os agentes sociais não realizam atos gratuitos. A palavra gratuito remete, em parte, à idéia de não-motivado, de arbitrário: um ato gratuito é um ato do qual não podemos fazer sentido, um ato loco, absurdo, pouco importa, diante do qual a ciência social nada tem a dizer, do qual só pode se omitir (BOURDIEU, p. 138-139).

Os fatos ou eventos tornam-se historicamente relevantes para o estudo social quando eles estão prenhes de significados e conseqüências da ação dos homens, quando suas causas e efeitos podem ser explicitamente identificados no decurso dos acontecimentos (CASSIRER, 2005). O caso dos conflitos sócio-ambientais do Acre, nesse sentido, merece atenção específica pelos efeitos que gerou na política e economia acreana. A crise que se anunciou a partir dos anos de 1920, com a baixa competitividade da indústria da borracha e o seu aprofundamento na década de 1970, foi uma crise de caráter eminentemente econômico. Porém, a sua razão econômica atingiu frontalmente a ação política governamental do Acre impactando negativamente a capacidade do governo de auferir os dividendos tributários, advindos da arrecadação mercantil da borracha, o que deteriorava o seu orçamento público. Essa crise econômica, portanto, que se aprofunda nesta década de 1970, foi reflexo do paulatino retraimento do mercado de exportação de borracha acreana, diante da concorrência asiática, desencadeada desde princípio da segunda década do século XX e, também, resultado de uma série de recalcamientos políticos que acompanharam a formação da sociedade local, de modo, que a década de 1970 corresponde a um momento histórico relevante, em que convergiram causas econômicas, associadas àquelas de natureza política.

Os enfretamentos econômicos e políticos que se processaram produziram conseqüências na fermentação social entre os diferentes segmentos sociais em disputa pela manutenção de seus interesses, desencadearam mudanças explícitas na política governamental, duas décadas depois, ao redor dos rumos de desenvolvimento. As forças sociais que saíram vitoriosas, portadoras de um projeto político governamental, nas eleições de 1998, se apresentaram como tributárias dos resultados desses conflitos sócio-ambientais, ocorridos na década de 1970\1980, cujos desdobramentos prendidos aos seus fatores causais, especificamente vinculados à valorização da natureza, manifestada pela preservação das florestas acreanas, procuraremos abordar no decorrer da presente secção.

A dimensão da “natureza”² como atributo biológico, físico ou ambiental, constitui a variável essencial que encontra-se presente na causa significante desses conflitos. O termo Natureza no seu

² O termo Natureza no seu sentido etimológico, é de origem latina, vem de natura, e significa nascimento. Deriva da raiz natus, igual a nascer. A partir dessa designação literal, passou a referir a dois sentidos comuns: por um lado, passou a nomear as propriedades essenciais de um objeto ou ser, classificando o seu caráter mais específico que o tornava distinto



sentido etimológico, é de origem latina, vem de *natura*, e significa nascimento. Deriva da raiz *natus*, igual a *nascere*. A partir dessa designação literal, passou a referir a dois sentidos comuns: sócio-ambientais a que nos referimos. De modo geral ela confere o próprio estatuto da natureza humana, pois corresponde ao traço-componente distintivo que revela o exclusivo caráter determinado dos homens, a sua consciência social, de tal forma que as concepções sobre a natureza explicam as percepções que os homens formulam em associação com o mundo natural que o cerca, mundo este que se apresenta à parte e que lhe é exterior. O postulado dessa relação, portanto, define a própria existência humana e assinala a consciência histórica dos homens sobre si mesmo e seu ambiente. Essa relação com o meio ambiente, segundo Marx e Engels (1987, p. 27) na verdade configura o primeiro pressuposto demonstrável de toda história humana, na medida em que postula à “existência de indivíduos vivos”, que ao estarem em condições de existência histórica, procuram orientar-se para a satisfação de suas necessidades materiais de sobrevivência produzindo os meios para sua subsistência e manutenção. O começo do fazer histórico, entretanto, inicia com essa motivação primeira, do contato com a natureza orientada pela busca primordial de satisfação das necessidades fundamentais de existência que se manifesta pela procura de alimentos, abrigo e proteção.

Estando os homens em condições sociais de existência, produzindo os meios materiais de vida e estabelecendo relações associativas entre si, por meio da convivência em grupos familiares e intercâmbios materiais, eles desenvolvem, a partir dessas mesmas relações de produção e associação, a consciência social, um o produto específico da relação humana que também expressa as ambigüidades sobre as quais se desenvolve a relação entre os homens. Nesse sentido Marx e Engels (1987) conceituam a noção de consciência social como sendo produto da relação com o ambiente externo,

mera consciência do meio sensível mais próximo e consciência da conexão limitada com outras pessoas e coisas situadas fora do indivíduo que se torna consciente; é ao mesmo tempo consciência da natureza que, a princípio, aparece aos homens como um poder completamente estranho, onipotente, inexpugnável com o qual os homens se relacionam (...) [mas] esta relação determinada com a natureza, é condicionada pela forma da sociedade (MARX e ENGELS, 1987, p. 43-44).

Estes enunciados conceituais, portanto, asseguram com fundamento, que o sentido ou os vários sentidos, elevados à condição de consciência social, têm sido emanados da relação dos homens com a natureza, de modo que a apropriação dos recursos naturais, voltada para as estratégias de desenvolvimento de determinada formação social, com efeito, decorre da atribuição dos significados

dos demais objetos ou seres; por outro, fez alusão àqueles ambientes não artificiais com certos atributos físicos ou biológicos (GUDYNAS, 2003). Nesse sentido, a Natureza nada mais seria do que a mera revelação de atributos (físicos, biológicos, sociais, religiosos) para a apreensão sensível das coisas ou seres presentes no mundo. Mircea Eliade (2001) considera que para o homem religioso, por exemplo, a visão sobre a Natureza nunca é “exclusivamente natural, ela está sempre carregada de um valor religioso (...) impregnada de sacralidade” (p.99). O meio ambiente não é simples epifenômeno da natureza, mas é visto como parte da manifestação do divino na estrutura empírica do mundo.



que a ação dos homens e dos sentidos que eles conferem no transcurso dessa relação, porque, em último caso, os homens mantêm uma conexão necessária e orgânica com a natureza. Michael Löwy (2004, p. 91) comenta que nos escritos marxistas há uma ocorrência constante da presença da “visão do ser humano como ser natural, inseparável do seu meio ambiente. A natureza figura como o corpo não-orgânico do homem, e (...) dizer que a vida psíquica e intelectual do homem está indissolúvelmente ligada à natureza, não significa outra coisa, senão que a natureza está indissolúvelmente ligada com ela mesma, pois o homem é uma parte da natureza”. Neste sentido, o delineamento da mentalidade da política econômica mais geral, que guiou os primeiros exploradores, sedimentou a colonização, e, finalmente, deu conformação à política econômica do desenvolvimento do Acre, pode ser abordado por este ângulo de investigação. Por isso, nossa análise se propõe a considerar que “no coração das relações materiais dos homens com a natureza aparecem as bases simbólicas que orientam a ação social (DIEGUES, 1998). Essa dimensão do significado simbólico, enraizado nas práticas sociais, nas quais ela se funda, manifesta-se de maneira bastante expressiva na concepção de Carlos Brandão (1999), quando o autor procurava sintetizar o objetivo do seu trabalho “O afeto da terra” buscando caracterizar o modo de vida de populações camponesas do sul Brasil. Ele justificou seus motivos da seguinte forma:

Queríamos compreender a partir da pesquisa empírica as maneiras como tipos bem definidos de pessoas, por meio de suas culturas peculiares, criavam, reproduziam, sentiam e pensavam os seus próprios modos de se relacionarem com a natureza e, em um sentido mais concreto e cotidiano, com o seu meio ambiente imediato, visível, percorrível de uma ou de outra maneira, trabalhável, apropriável, passível de ser, provisória ou definitivamente socializado, incorporado à experiência empírica e simbólica de seus sujeitos humanos, em suas sociedades, por meio de formas específicas de trabalhos, que, ao mesmo tempo, lhes garantem a sobrevivência individual, a reprodução do grupo social e a qualificação relativamente peculiar de sua cultura (BRANDÃO, 1999, p. 12).

2 AS PRÁTICAS E MENTALIDADES DOS PATRÕES E SERINGUEIROS NO ORDENAMENTO SÓCIO ECONÔMICO DO SERINGAL

O ordenamento político-econômico voltado para a exploração da economia da borracha, com seus diferentes agentes, se estruturou sobre numa rígida base material. O seringal, como espaço de administração dos negócios políticos e econômicos da atividade comercial extrativista, produziu relações sociais próprias que sedimentaram um modo de vida, trabalho e organização social diferenciado. Nesta seção pretendemos descrever essa estrutura material e mostrar o conteúdo dos seus traços mais elementares de funcionamento, bem como seus códigos e regulamentos, com o propósito de explicitar que o sentimento ambiental que os seringueiros aos poucos foram desenvolvendo expandiu-se por dentro de uma ordem social e natural que tanto lhes sufocavam, no entanto, o enfrentamento dessa situação adversa, foi permitindo um processo contínuo de conscientização, acerca das barreiras de enclausuramento que os rodeavam.

Muito se tem escrito sobre o modo de vida no seringal, para além da sua estrutura material e espacial, como procuramos retratar na parte supracitada. Todos os trabalhos sobre a economia da

borracha abordaram esse tema por algum ângulo, que toca o cotidiano dos seringueiros e a forma como o sistema seringal estava organizado social e economicamente, como por exemplo, a sua condição subordinada diante do patrão, os maus tratos físicos, sofridos por eles, a dureza do trabalho de extração do látex, a vida submissa das mulheres, o seu endividamento e aprisionamento pelas relações econômicas estabelecidas no contexto da economia da borracha, dentre outros aspectos³.

Não temos a intenção de aprofundar essas questões, já bem interpretadas pelas análises anteriores, senão que procurar, a partir delas as mentalidades subjacentes a essas práticas e a sua estrutura material, os componentes ideológicos intrínsecos e as respectivas atitudes que orientaram as ações dos dois principais agentes (seringueiros e patrões), dentro do seringal, com o objetivo de considerar como tais componentes de sociabilidade interferiram na maneira como esses agentes enfrentaram as coisas e se moveram no espaço social do seringal. Trata-se de compreendê-los, para por meio deles, especificar, em que medida, esses elementos mentais ressoam ou ressoaram nas visões sobre o desenvolvimento do estado do Acre.

Tomar a problemática das mentalidades que dirigem as práticas das ações sociais, exige mergulhar no campo acadêmico que trata dos sentimentos dos homens, sua forma de pensar a vida, de agir no mundo, a consciência sobre as coisas humanas que desenvolveram, sobre o lugar onde moraram, o trabalho que realizaram, a visão sobre ambiente que os circundava, e o sentido da direção que eles escolheram trilhar. A área literária, nesse sentido, se mostra campo fecundo para a investigação de como os homens constroem uma consciência de si mesmos e os significados partilhados coletivamente, derivados dessa ligação indissolúvel, com os recursos naturais.

A produção literária sobre o Acre, apesar de incipiente o seu acervo, é rica em retratar o modo de vida, a organização do trabalho, as relações sociais entre seringueiros e patrões, as formas de tratos, as mentalidades que dirigiam seus comportamentos, assim como as idéias e valores simbólicos que caracterizavam a vida no interior dos seringais, colocando em destaque a relação do homem com a natureza e a visão deste sobre a paisagem natural que circundava a sua vida.

A obra *O Seringal*, de Miguel Jeronymo Ferrante (2003), que mencionamos anteriormente, evidencia como no Seringal Santa Rita, de propriedade do coronel Fábio de Alencar, localizado nas proximidades de Rio Branco, no Alto Acre, a relação social e econômica que aí se implanta é marcada por uma desigualdade estruturante que molda a vida e o trabalho na floresta, onde a subordinação parece ser o traço mais forte, ora expressa pela subjugação do homem frente à selvageria indomável da natureza, ora pela subjugação instituída pela dominação do próprio homem. Assim, o ambiente do seringal é eivado por um isolamento natural que se apresenta como lugar propício para as práticas de injustiças. O protagonista Toinho, herói do romance, presencia tudo isso sob as guardas do Coronel Fábio Alencar, que o adota como afilhado, depois da morte de seus pais.

³ Cf. Tocantins, 2011; Benchimol, 1977, 1992; Silva, 1982; Pedro Martinello, 1988; Esteves, 1998; O'Dwyer, 1998.



É na relação dos homens e destes com a natureza que se estabelece a dimensão mítico-poética do romance, segundo o autor. Na obra, a imagem sobre a natureza, reflete a inconstância do seringueiro, suas incertezas e dubiedade. Na parte introdutória o autor deixa transparecer a representação do meio ambiente, que respinga como angustiante, infértil, um ambiente tenebroso indicativo de um final sempre trágico, que vigia e espreita aqueles que aí estão inseridos, aprisionados por um panorama que é sempre bordado de desolação. O autor comenta:

Há na paisagem parada um tom cinza de desolação e de angústia. O ar imobilizado. Nem uma asa, a mais ligeira brisa. Tudo estático, a morrer brutalizado pelo calor asfixiante, sob a cúpula do céu. A vegetação rasteira do campo do Santa Rita encolhe-se às fulgurações dos raios inclementes e, aos poucos, vai murchando, amarelando, morrendo em lenta agonia. A grama ressequida agarra-se penosamente à crosta endurecida do solo. Uma areia fina, solta, cobre os caminhos ziguezagueantes, enrugados aqui e ali pelos rastros das alimárias, modelados na invernada. Formigueiros surdem como tumores, vermelhos e porosos. Os leitos secos dos igapós abrem esbranquiçadas cicatrizes no verde tostado. Árvores abatidas desfazem-se em humo. E nas manchas das queimadas pontilham troncos enegrecidos, as raízes violentadas espontando em torno, escuras e encarquilhentas como dedos crispados sobre a terra calcinada” (p. 21). ...[Toinho] recorda os dias de invernada. As chuvas torrenciais caindo sem parar, horas e horas, alagando a mata, encharcando os varadouros. A proliferação do pium e do carapanã. O inferno dos igapós nas lombadas das enchentes. A floresta diabolicamente verde, exuberante, estuante de seiva, avançando dominadora, enfurecida sobre a barraca (FERRANTE, 2003, p. 30).

No romance, por outro lado, essa mesma natureza que isola e agoniza o homem na mata densa e lhe enche de medo e amedrontamento, mostra para o seringueiro a sua contra face benevolente e protetora que insufla os ânimos das mesmas pessoas com acalentadora paz e tranqüilidade suficiente para irradiar a possibilidade de uma convivência harmoniosa com o meio natural que envolve o seringal. O seu caráter inóspito e implacavelmente selvagem, como que por um lamento natural, cede lugar à serenidade e ternura de sua mesma paisagem, deixando transparecer uma brisa de proteção remediável e conciliação com os homens, permitindo-lhe por meio de seus próprios recursos ambientais, uma chave para reconciliação do homem com seu meio natural, mediante a qual poderia constituir sua vida e cobrir as agruras de tão calejados tempos pregressos,

...a calma frescura das águas sombreadas pelas oiranas preguiçosas, horas e horas (...). A floresta infunde-lhe sensação de segurança e bem-estar. Sente nela como no seu ambiente natural, livre e feliz, protegido e amparado na sua solidão, a alma embevecida na fruição daquela beleza selvagem. A vida se lhe expande em torno em toda a pujança primitiva. (...) seringueiras delicadas e sensíveis como mulher. Um mundo de árvores de todos os portes, de todas as idades, delgadas e robustas, lisas e rugosas, de cascas alvas como a neve ou escuras como o bronze, lado a lado, unidas, abraçadas, confundidas por entre a louca sarabanda das trepadeiras e das lianas (FERRANTE, p. 51).

Em Terra Caída, José Potyguara (1998), cuja referência geográfica situa os seringais situados no Vale do Juruá, retrata de forma mesclada o mesmo ambiente natural, estranho para o migrante nordestino, desacostumado com aquela vida solitária e selvagem da floresta, que encontra no trabalho árduo a sua única distração, um equilíbrio para a convivência na mata indomável. Mas a natureza, que

sustenta uma imagem de desolação e um “vestíbulo do inferno”, reaparece, simultaneamente, transfigurada por uma visão de um mundo cheio de mistérios (p. 14). Todavia não é absurdo sugerir – pois as entrelinhas do romance abrem espaços para suposições – que a compreensão desses mistérios poderia aflorar a partir da própria relação que esse homem fosse estabelecendo com seu meio ambiente. O contato com a natureza através das relações de produção aí estabelecidas, aos poucos, lhe permitiria a possibilidade do desvendamento da vida, na floresta e a chave para a compreensão daquele mundo, das suas normas e mentalidades, situando-se dentre dele, de modo a perceber como aqueles regulamentos interferiam no seu enclausuramento social, político e econômico.

Mas antes que isso fosse possível, o alento para suportar esse mundo desconhecido e cheio de mistérios, além da dedicação intensiva no trabalho de produção da borracha, esse seringueiro vai encontrar na cachaça, um elemento subsidiário para equiparar a dimensão da vida e a morte, sempre à solta nesse ambiente sinistramente dúbio. Já o patrão terá um forte aliado à manutenção do aprisionamento econômico e social do seringueiro, através do uso excessivo de aguardente, bebida essa pouco explorada no campo científico, como mantenedora do status dominante do seringalista.

Miguel Jeronymo Ferrante (2003) compartilha com essa observação considerando que, na escassez de mulher, no isolamento e solidão dos seringais, a amiga mais fiel do seringueiro é a cachaça. Um bom trago leva ao devaneio das promessas de enriquecimento fácil e alivia os seringueiros da dureza do trabalho diário. A cachaça tem serventia tanto para o patrão quanto para o seringueiro. O patrão ganha pela comercialização e também pela dominação, através do vício, que estimula o trabalho diário e destitui o pensamento de qualquer senso crítico (O'DWYER, 1998). Numa passagem do romance, o autor posiciona bem a funcionalidade da cachaça para a organização do seringal. Diz ele,

... a cachaça é, no seringal, artigo de primeira necessidade. A ‘cocal’ vinda do porto de Cocal, no Pará, vale tanto quanto o feijão, arroz, a jabá, o sal, o remédio. O seringueiro bebe-a durante toda a existência. Engodo e compensação da alimentação deficiente do pobre. Defesa e agasalho nas intempéries. Aliada segura do patrão: levanta as forças combatidas pelas necessidades e pelas doenças, anima o trabalho, aumentando a produção; e aniquila a vontade, embrutecendo o pensamento e escravizando as idéias... É lenitivo e fonte de pobre alegria do pário solitário. A fuga da existência miseranda e estreita. O esquecimento e o sonho. É, também, o crime e a morte (FERRANTE, 2003, p. 54).

O ambiente do seringal ademais confina o homem seringueiro num fosso profundo de deseducação. O isolamento da mata afasta essa gente de origem humilde e pobre de qualquer contato com as letras, e assim o faz figurar na cena do seringal como aquele homem bruto e bronco, deseducado, de “linguajar estropiado e sonolento” destituído dos meios mais básicos da convivência humana, propenso às mais frouxas paixões da carne, tanto para matar quanto para morrer.

O'Dwyer (1998), que acompanhou a ação judicial, no ano de 1989, movida pelo seringalista Francisco Praxedes Brandão, arrendatário do Seringal Oriente, em Cruzeiro do Sul, contra seringueiros do Alto Juruá, acusados de não fazerem o pagamento da renda do seringal, relata um episódio

ilustrativo da visão dos funcionários da vara cível, da comarca em juízo, que se estende praticamente aos dias atuais. Na ausência do seu advogado de defesa, os seringueiros Jaime Pereira da Silva e José Prudêncio Filho se recusaram a assinar os termos dos depoimentos proferidos em júri, criando um impasse para o desfecho da ação judiciária. O comportamento dos seringueiros naquela instância jurídica foi entendido como atestando “o baixo nível mental dos seringueiros. Analfabetos, desconhecedores dos procedimentos legais, imputavam-lhes um novo estigma: além de incultos, dotados de mentes pouco desenvolvidas (...) os seringueiros são julgados de baixo nível mental, em contraposição ao ‘capital cultural’ dos segmentos dominantes da nossa sociedade” (O’DWYER, p. 33).

No seringal, como se pode perceber, o analfabetismo exercia uma condição favorável ao patrão seringalista, pois o analfabetismo facilitava muito que o seringueiro fosse enganado nas relações de comercialização, instituídas pelo sistema de aviamento, isso garantia a maior centralização e controle do patrão sobre o indivíduo seringueiro. Não é ocasional a resistência dos patrões em apoiar a criação de escolas para os filhos dos seringueiros. Se tal fenômeno ocorreu, isso não se deveu a atitude benevolente do patrão, mas ao respaldo político que a escola podia trazer para o aumento do seu prestígio na cidade, fora do espaço do seringal. José Potyguara acrescenta que a escola ainda poderia criar um clima de patriotismo e favorecer a obediência e adesão fácil dos subordinados para o trabalho diário no seringal.

Tudo isso porque o trabalho de produção de borracha, no seringal, escamoteava para o indivíduo sem instrução, a situação de subjugação que vivia, posto que, normalmente, a borracha colhida nunca era suficiente para saldar a conta contraída no barracão, com o abastecimento de utensílios de trabalho, mantimentos e víveres. A venda da borracha pelo preço dado pelo patrão era sempre inferior às horas de trabalho e o aviamento das mercadorias eram superiores aos praticados nos centros comerciais das cidades. Assim, de todo modo o seringueiro saía perdendo e sua dívida tendia a crescer constantemente. Todo esse processo servia para manter preso o seringueiro no seringal, em permanente subjugação: *“a borracha colhida, entretanto, nunca dava para pagar o débito no barracão, para comprar nada além da banha, do tabaco, do feijão, do arroz, do querosene, do sabão, do açúcar e do sal. Uns metros riscados. Uns cartuchos. Nas safras boas, uma manta de pirarucu seco, uns quilos de jabá ou lata de carne-bife”* (p. 29). Nos raros casos dos seringueiros que conseguiam saldo com o patrão, esses eram agraciados com folgas nos dias de festas e feriados, mantinham a confiança do patrão para comprar no barracão mesmo sem dinheiro ou sem produção, e podiam pedir adiantamento nos casos de doenças e necessidades.

Neste sentido, nota-se a grande funcionalidade que era manter o seringueiro desinformado. Miguel Jerônimo Ferrante (2003) comenta que no seringal Santa Rita, a exceção de outros, dona Clara fundou uma escola. Mas o “Coronel, a princípio, opôs-se. Segundo ele, seria um desperdício de tempo



e dinheiro” (p. 43). O estudo no seringal era visto como sinônimo de rebeldia, pois o seringueiro esclarecido certamente não concordaria com o sistema de exploração a que estava submetido.

Dona Clara que procurava convencer o marido da importância de se fundar uma escola, pois no seringal, apesar da escassez de mulheres, o número de crianças era significativo, comenta o seguinte, em um trecho do romance: “*O Coronel acabou cedendo. Não porque tivesse convencido [da importância da educação]. Sabia que tais iniciativas não iam para adiante. E no íntimo se alegrava, torcia pelo fracasso. Não apreciava ver seringueiro às voltas com livros. Seringueiro que sabe ler, costumava dizer, acaba se rebelando*” (FERRANTE, p. 44).

Portanto, embora o seringal fosse constituído por um espaço aparentemente fragmentado, em que os seringueiros se mantinham isolados no interior da floresta, em suas colocações distantes uma das outras, o seringal, mais do que tudo, configurava um espaço que era político e economicamente centralizado. Tudo confluía para o centro comercial da borracha, o barracão, onde residia o patrão e agregados em seus arredores. Se para o seringueiro lhe sobrava fraqueza, era porque para o patrão não lhe faltava poder, se o seringueiro tinha que ser débil era para que o patrão fosse demasiado forte. Se a natureza, enfim, cabia o papel de isolar, era para que o patrão seringalista, geralmente conhecido como Coronel, pudesse centralizar o poder no barracão.

Nos dois autores, José Potyguara e Miguel Jerônimo Ferrante, o Coronel é revelado como um homem rígido e duro, a sua palavra era a lei no seringal, e o seu código, a espingarda. No entanto, o Coronel detinha certa integridade nos seus procedimentos e era considerado, geralmente um homem prudente nas suas decisões, embora sua figura fosse muito temida e incontestáveis, suas palavras. Mas podemos dizer que sua integridade e prudência pendiam para uma posição unilateral. Os exemplos que sinalizam essa constatação podem ser referenciados pelas divergências que haviam entre patrões e seringueiros, acerca de procedimentos como o pagamento da renda, produção de agricultura, caçadas com cachorros, comercialização com o regatão, e mesmo práticas de corte de seringa. Embora, ocorressem resistências dos seringueiros nestes quesitos, até praticamente inícios dos anos 1940, a última palavra foi sempre a dos patrões, depois desse período, com as mudanças nas relações econômicas desfavoráveis à economia da borracha, alguns destes regulamentos foram modificados favoravelmente aos seringueiros.

Miguel Ferrante (2003) afirma que o Coronel “*fala em autoridade por falar. A palavra tem um sentido mágico para aquela gente. Sabe, porém, que não dará satisfação a ninguém. A autoridade no seringal é ele próprio*” (p. 90). Mas seu senso de justiça é parcial, pois castiga o pequeno e apóia o grande, e tem cumplicidade nas contas de seu interesse. Uma das proibições, por exemplo, era a de não se permitir plantar agricultura de subsistência, roça. Toda a terra devia ser destinada a uso exclusivo para a seringueira, assim como todo o trabalho. O descumprimento desta norma resultava em penalidades pelo coronel. Os motivos alegados para a proibição é que absorve tempo de trabalho



que deveria ser dedicado à produção da borracha. Outro, é que leva a diminuição dos gastos dos seringueiros nas compras, no barracão, o que acarretaria prejuízos para o patrão. Além do mais, os seringueiros ficam mais independentes, do ponto de vista dos mantimentos alimentares, feito pelos seringalistas (O'DWYER, 1998).

Nesse sentido, a representação do Coronel é de destemido e temido por todos. Ele é a lei, e o seu mando a bala. Mas ao mesmo tempo, é homem trabalhador, de grande coragem e maior ambição. No início da corrida da borracha na Amazônia/Acre, por volta de 1880, as terras foram conquistadas a força, tomadas dos nativos que, após, capturados se transformavam em trabalhadores subalterno. O Coronel goza de respeito político e crédito nas praças comerciais de Belém e Manaus. Tem acesso fácil às autoridades e aos bancos. Por ter prestígio social, alguns deles foram “*nomeados Juiz de Paz, cargo judicial, que ele exerce ditatorialmente em seu benefício, aumenta sua autoridade de patrão, mediante uma justiça vesga que extravasa em violências contra seringueiros indefesos*” (José POTYGUARA, 1998 p. 23).

José Potyguera registra as recomendações do Coronel Tônico Monteiro antes de fazer viagem para as praças de Belém e captura sua postura e mentalidade de justiça:

A direção do seringal compete ao guarda-livros. Mas você [Tomás capataz] sabe: apesar de honesto e dedicado, Conrado é meio mole. Muito bondoso, facilmente se deixa enganar. Portanto, você fica de olho no pessoal! Na minha ausência, a malandragem é grande. No centro nem tanto, pois tudo fica mesmo parado, durante o inverno. Mas o diabo é aqui na margem. Duro com esses cabras que ficam por aqui, fazendo lenha! Não deixe minha borracha ser desviada pros regatões. Toda noite é bom dar uma volta pela barranca de hospedagem. E, já sabe: qualquer abuso chicote sem pena! E conte comigo (POTYGUARA, 1998 p. 69).

O patrão concentra tanto poder econômico no seringal quanto prestígio político frente aos governantes da cidade. No seringal, os seringueiros contam como cabedal de votos. Os políticos que detêm a confiança e apoio do patrão têm os votos dos seringueiros assegurados nos dias eleitorais a seu favor. Miguel Ferrante comenta como se dava a participação dos seringueiros no período eleitoral e mostrando o cômputo dos votos deles, em favor de seus aliados políticos, deixa transparecer como o poder econômico enlaça-se com o poder político:

O Dr. Ademar chegou no Santa Rita com uma carta do Major Justino, chefe do Partido em Rio Branco. Carta de recomendação. O médico é candidato a deputado e espera obter o valioso apoio do coronel Fábio. Anima-o a promessa do Prefeito Amílcar, amigo e compadre do seringalista, que lhe prometera trabalhar junto a este a seu favor: “[No dia da votação], o eleitor é chamado. Ingressa na sala, apresenta o título e assina o listão. Quando tem dificuldade ou não sabe fazê-lo, um dos presentes o auxilia, guiando-lhe a mão perra. Ou simplesmente assina por ele. Recebe, então, a sobrecarta, na qual se encontra a chapa do candidato do coronel (FERRANTE, 2003, p. 150).

A espingarda, além de representar o código da lei no seringal, serve como sinalização dos acontecimentos. Ela é detonada para indicar nascimento ou morte. Usa-se para as caçadas e para a



segurança do seringueiro. Normalmente todo seringueiro tem sua espingarda. Depois da faca de seringa, é seu segundo instrumento de trabalho e proteção:

A espingarda é o sino do seringal, detonando pelo nascimento e pela morte. Atira-se para anunciar a vida de um novo ser ou o desaparecimento de uma vida. Na sua barraca o na estrada de seringa, o seringueiro recebe o aviso pelas detonações. Se nasce mulher, dois tiros. Se for homem, três. Se alguém morre cinco vezes a arma é disparada (FERRANTE, 2003 p. 32).

Sob a luz destes dados apresentados, o importante de reter aqui, é a idéia de que o conjunto dos seringueiros, que migraram para a região do Acre, inseriu-se de forma subordinada nas relações comerciais instituídas nos seringais, e que esse domínio, sobretudo, econômico, a que foram expostos, imprimiu-lhes um quadro de percepções prefiguradas que direcionaram sua forma de pensar para atender os objetivos do sistema comercial de produção da borracha, principalmente sob uma condição de infortúnio, por haver se dado conta de que o Eldorado prometido havia se transformado em um grande pesadelo.

Contudo, o alcance dessa submissão não obedeceu, somente, aos princípios estritamente comerciais, orientados pela economia da borracha, porque outros componentes ambientais e sociais lhes foram subsidiários para os seus propósitos. O meio ambiente natural a que foram submetidos, por exemplo, figurou como o elemento básico para essa dominação, em que a densidade da floresta, a sua dimensão geográfica, e todos os seus atributos físicos serviram como espaço natural para o seu enclausuramento, na mata. Esse isolamento, a princípio, despertou um sentimento de medo, de impotência, ante o desconhecido, da imprevisibilidade e incerteza de sobreviver, e assim a angústia e a tristeza dominaram seus ânimos e a magnitude desse monumento natural incógnito e indomável lhe atemorizou os nervos.

Mas no revés da medalha, o homem seringueiro resgatou sua força e coragem, através da realização do extenuante trabalho de extração do látex. Na labuta diária, de aproximadamente dezoito horas por dia foi, pouco a pouco, conhecendo o ambiente natural que o envolvia, passando a dominar as etapas do processo de produção da borracha (a abertura das estradas de seringa, o corte da árvore, a coleta do látex, a defumação, e as pelotas de borracha, comercialização), familiarizando-se com os caminhos e trilhas que ligavam as colocações e os seringais, prevenindo-se contra os perigos de feras e serpentes, aproveitando os recursos de fauna e flora para o apaziguamento de suas necessidades alimentícias e de saúde. Enfim, o seringueiro foi se encontrando com ele mesmo e se enamorando dessa mesma natureza, que no início lhe amedrontava e foi estabelecendo laços de pertencimento e sobrevivência, principalmente produtiva com ela. Em certo sentido, desenvolveu-se uma forte relação com meio ambiente construído no improvisado, para possibilitar a sua sobrevivência e reprodução social.

Todavia, o seringueiro era socialmente um débil, um homem bruto e deseducado. Sem praticamente nenhuma instrução educacional, era presa fácil dos mecanismos escusos do sistema de



comercialização, acionados tanto no momento da compra de mantimentos de necessidades básicas, quanto na venda da produção de borracha, junto ao barracão. O seu desconhecimento social tornava-o um homem frágil, politicamente inseguro, para argumentar com o patrão. Como um tipo acanhado e bronco, o seu único mando era a obediência incontestada ao coronel de barranco.

O seu viver solitário na mata ajudava ainda a aflorar mais um comportamento de perfil instintivo, sua insegurança e fraqueza mental, para a compreensão do universo social do seringal, associado ao consumo desesperado de aguardente, lhe infundiam, nos ânimos, a idéia de um homem sem valor, reduzido à embriaguez. Ademais, a ausência de uma família, mulher e filhos a quem pudesse se dedicar, transformava-o num ser de temperamento aventureiro, destemido, atribulado, com coragem para encarar a vida e a morte, para matar e morrer. Tudo isso contribuía para que o poder do patrão fosse cada vez mais forte, porque seria ele quem deveria impor as leis e regulamentos para domesticar este homem desregrado e sem ponderações morais. Assim, o seringueiro se via enredado em um domínio econômico, praticamente atrofiado por uma condição social debilitada, e politicamente fraco para mover, naquele momento, qualquer ação de resistência e organização.

Sua única esperança e possibilidade de sair desse conjunto de entrincheiramento, por mais contraditório que possa parecer, residia no enfrentamento e compreensão do próprio trabalho de produção de borracha, que poderia lhe permitir romper com os laços de dominação comercial, mediante o desvendamento de seus mecanismos internos de exploração econômica (por exemplo, no peso da borracha, no preço, nos impostos de arrendamento da terra, na compra e venda de produtos) que despertasse um tipo de consciência social no seringal que fizesse frente aos obstáculos interpostos a que estavam submetidos.

Face à tríplice fraqueza do seringueiro, econômica, política e social, bem aí onde havia uma vacância de sua força, residia o poder do patrão. Homem forte e viril, sua palavra era a lei no seringal, e a espingarda o seu código. O isolamento do seringueiro, no interior da floresta era contra restado pelo domínio do barracão onde morava o patrão, donde centralizava o poder econômico e político. Era daí, que emanavam todos os regulamentos e para onde confluía a dinâmica da vida social do seringal. No contexto do seringal era necessário que o coronel impusesse respeito e desafiasse diretamente aquele seringueiro que descumprisse as normas estabelecidas. Tinha que mostrar coragem e destemor para dar exemplo para os demais seringueiros, que quisessem transpor os regulamentos. Tinha que se fazer respeitar, mostrar a hombridade do coronel, e para isso, era preciso ser homem, isto é, apresentar características que eram vistas como parte da masculinidade: coragem, destemor, determinação. Isso implicava, às vezes, o uso da violência como um recurso naquele momento em que faltassem os outros meios de dominação, a violência tinha de ser utilizada para não prejudicar a sua autoridade (WOLFF, 1999, p. 208).

Mas o patrão era homem ponderado em suas decisões, e em muitas questões ele favorecia aos seringueiros, como por exemplo, presentear com mulheres àqueles seringueiros bons no trabalho de produção da borracha, oferecer auxílio médico para os acometidos de doenças, permitir o aviamento do seringueiro com débito, dar proteção ao seringueiro em caso de inflação judicial (principalmente por mortes). Todos esses procedimentos faziam com que o patrão fosse um homem, mas que temido, honrado e respeitado, pois ao patrão interessava a confiança dos seringueiros.

Wolff (1999), estudando os seringais do Alto Juruá, descreve as motivações dos patrões, que convergem com essa análise. Segundo a autora

ao patrão interessava a fidelidade do seringueiro, materializada na troca exclusiva da borracha por mercadorias em seu barracão, bem como lhe interessava a permanência do seringueiro no seringal, o que lhe poupava o investimento de trazer mais migrantes nordestinos. Assim procurava estabelecer laços de compadrio e paternalismo com esses seringueiros, sempre lhe possibilitando créditos para compras urgentes, auxiliando algumas vezes em casos de doenças, promovendo festas nos dias santos. Essas relações variavam muito de seringal a seringal... (ibid. p. 203).

Mas o prestígio do patrão não se limitava ao âmbito do seringal. Na cidade, as autoridades lhes rendiam grandes considerações e os patrões eram vistos com apreço, seu apoio político e o cabedal de votos que mantinham sob sua guarda lhe aumentava o prestígio diante dos políticos. Em muitos casos eram nominados como Juizes de Paz e passavam a deter a autoridade legal para legitimar seus procedimentos. Mas não nos iludamos, o poder do patrão sempre pendia para assegurar seus objetivos e o bem que advinha de suas atitudes poderiam imediatamente varia caso contrariasse seus interesses. Assim, se o seringueiro era fraco politicamente porque o poder econômico lhe era adverso, o patrão, ao contrário, era poderoso em virtude das relações mercantis, no contexto da economia da borracha lhes ser favoráveis política e socialmente. Nas tormentas que a economia da borracha haveria de passar futuramente e, no estreitamento da relação do seringueiro com a natureza, então, começaria o declínio do poder de mando do patrão, com o reposicionamento dos distintos agentes sociais, no cenário econômico e político, momento este que, como foi dito, corresponderá aos conflitos sócio-ambientais de enfrentamento de seringueiros e pecuaristas, intensificados a partir da década de 1970.

3 AS RAÍZES DO ENTRELAÇAMENTO AMBIENTAL COM AS PRÁTICAS PRODUTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DOS SERINGUEIROS

Estamos na década de 1970, portanto. O cenário, como mostramos, pode ser resumido pela falência da economia da borracha de exploração; endividamento dos seringalistas; os seringueiros sem posse efetiva da terra; fortalecimento da agricultura e diversificação produtiva; os incentivos fiscais do governo local, buscando uma alternativa de desenvolvimento, abrem uma corrida pelas depreciadas terras da Amazônia acreana; projeto dos militares de agropecuarização da Amazônia; chegada de empresários e fazendeiros do centro-sul do país que adquirem as antigas áreas de seringais. O resultado

de tudo isso junto, desencadeou os conflitos sociais entre fazendeiros e seringueiros posseiros, que, por conseqüência, se alastraram à sociedade local, como um todo, dividindo-a, entre aqueles que apoiavam os seringueiros e os do lado dos fazendeiros e latifundiários. O conflito social estava, portanto, estabelecido em uma dimensão tal que transpassava toda a estrutura estatal. Não nos interessa explorar todas as dimensões desses conflitos, que classificamos como conflitos sócio-ambientais, pois os mesmos já foram bastante estudados pela literatura acadêmica (ALEGRETI, 1979; OLIVEIRA, 1982; DUARTE, 1987; PAULA, 1991; BASÍLIO, 1992; COSTA SOBRINHO, 1992; MARTINS, 1998; ESTEVES, 1999; FERNANDES, 1999; SILVA, 2001; SANT'ANA, 2004; PAULA & SIMIONE DA SILVA, 2006). Das suas conseqüências, derivaram o êxodo rural; problemas urbanos diversos, como desemprego, crescimento de bairros periféricos; assassinatos de seringueiros; ações governamentais de desapropriação de terras; institucionalização de organização de representação política dos seringueiros; dentre outros aspectos. A questão essencial, que nos interessa desses conflitos, consiste na sua ligação específica, que eles estabelecem com a proposta de desenvolvimento para o Acre, que foi problematizada naquele momento, tendo como principal desafio conciliar as diferentes atividades produtivas (pecuária, madeira, principalmente) sem comprometer a manutenção dos recursos florestais. Com a compra dos seringais acreanos, por fazendeiros do centro sul do país, objetivando a implantação da pecuária nessas áreas – num contexto de insegurança da propriedade fundiária dos seringueiros – ocorreu que, após a expulsão dos mesmos e a conseqüente derrubada das florestas das antigas áreas de seringais, estabeleceram-se os empreendimentos madeireiros e criação de pecuária. O ponto de origem do conflito sócio ambiental entre seringueiros e os novos empreendedores localiza-se aí, bem no âmago do reordenamento do uso do território, pois a proposta de desenvolvimento que tais atividades postulavam, referente ao uso das florestas acreanas guardava uma ambigüidade inteligível, em torno de interesses. Os fazendeiros que haviam adquirido os seringais para implantação da pecuária e extração madeireira, defendiam a derrubada das florestas, para colocar o gado consideravam o meio ambiente (as florestas) como empecilho para o desenvolvimento, enquanto os seringueiros-posseiros advogavam que a manutenção das florestas representava a base para sustentação do desenvolvimento, mediante o uso dos recursos naturais e sua diversidade de produtos. Temos, portanto, o ponto de origem do conflito sócio-ambiental, que assinala a divergência de interesses sobre o sentido do desenvolvimento de maneira bem determinada, pois aonde os seringueiros afirmavam, os fazendeiros negavam. Os fazendeiros queriam as florestas no chão, os seringueiros defendiam a sua manutenção.

Essa oposição dos interesses sobre o uso das florestas acreanas foi retratado na coletânea sobre a trajetória de Chico Mendes, intitulada Chico Mendes Por Ele Mesmo (2004), em que a polêmica sobre desenvolvimento se expressa pelas visões dissidentes entre latifundiários/fazendeiros e seringueiros, conforme deixam transparecer os trechos relatados abaixo,



Para os latifundiários\fazendeiros

Os grandes latifundiários dizem que preservar a Amazônia é atrasar o progresso, é prejudicar a economia do país, que a borracha não representa quase nada pra nossa economia e que o progresso está na criação de bois (CHICO MENDES POR ELE MESMO, 2004, p. 83).

Para os seringueiros,

Nós, seringueiros, também temos uma proposta para produzir. Os seringueiros e os índios sempre produziram a sua cultura de subsistência, mas nunca ameaçaram a floresta amazônica. Quem ameaça a floresta são os grandes fazendeiros para colocar o boi ou, muitas vezes, para fortalecer uma política de especulação de terra (p. 83). (...) A floresta Amazônica representava o único meio de sustento para os seringueiros e índios que nela viviam (CHICO MENDES POR ELE MESMO, 2004, p. 11).

Consta nos Cadernos do CEDI (1990) uma entrevista concedida por Osmarino Amâncio, liderança sindical, pioneira na resistência contra os desmatamentos nas florestas acreanas e companheiro de Chico Mendes, do município de Brasiléia. Ela nos ajuda a entender essa diferenciação pelo enfoque das práticas costumeiras e da sedimentação da cultura do trabalho de extração da seringa:

... os seringueiros estão na terra, para eles só tem sentido se existir a floresta. A floresta precisa do índio e do seringueiro, e o índio e o seringueiro precisam da floresta também para sobreviver. Tirar o seringueiro e o índio lá de dentro da mata é como tirar um peixe de dentro da água: acabou, ele não está adaptado ao sol, ele está adaptado a uma tradição de trabalho que vem fazendo a muitos anos que é o extrativismo (Cadernos do CEDI 20, 1990).

A vinculação do trabalho dos seringueiros e sua relação com o uso das florestas acreanas expressas através de componentes de caráter cultural, que ressaltava a configuração de certo modo de vida e hábitos, que as atividades extrativistas permitiam, como a comodidade de realizar a extração de seringa, protegido por uma cobertura florestal frondosa e exuberante, garantidora de uma temperatura amena, gerou uma espécie de habitus produtivo-social que os diferenciaram de outros segmentos de trabalhadores, chegando inclusive a desabilitá-los de competir em outros ofícios produtivos. A particularidade do trabalho do seringueiro-extrator de produtos florestais reverteu-se na maneira distinta dele visualizar o valor natural dos recursos naturais definida pela conexão com suas práticas produtivas, razão pela qual defendiam o desenvolvimento baseado na utilização do extrativismo florestal, sem comprometer sua estrutura orgânica. Schminck e Cordeiro (2008, p. 52) assinalaram que os seringueiros tiveram um papel de destaque durante essa fase de expansão da fronteira amazônica, enfrentando os desmatamentos e a idéia do atraso tecnológico “procuraram inverter o discurso modernista, valorizando seu saber sobre a floresta e a alternativa de um desenvolvimento, baseado na utilização da floresta em pé, para a garantia do seu sustento”.

Essa especificidade dominante dos seringueiros e seu traçado cultural foram mencionadas pelo ex-diretor da Companhia de Desenvolvimento Agrário e Colonização do Estado do Acre – Colonacre, Raimundo Viana, na época de implantação do Projeto de Assentamento Redenção, na década de 1980, hoje pertencente ao município de Epitaciolândia, quando referia-se ao perfil de trabalhadores rurais que deveriam ser estabelecidos no assentamento. No relato abaixo, Raimundo Viana, sob um ângulo



diferenciado de observação, caracteriza o tipo social dos seringueiros, confrontando-os com os propósitos produtivos do Projeto Redenção,

A intenção nossa era de absorver na realidade o nosso seringueiro. Essa era a concepção inicial. Mas aí a gente começou a ver essa dificuldade cultural que limitava a adaptação deles às práticas agrícolas, além de não possuírem tradição, o conhecimento destas atividades, como extratores de látex estavam acostumados a trabalhar na sombra, protegidos pela copa das árvores. Na agricultura precisavam estar expostos o dia todo ao sol escaldante, muitos não suportavam. Por isso nós estabelecemos que uma faixa de 20, no máximo 30% dos beneficiários do Redenção seriam de famílias oriundas do centro-sul do país, para serem colocados estrategicamente dentro do Projeto. De forma que em cada módulo com 16 lotes teríamos 5 desses agricultores que iriam transferir as suas experiências e ao mesmo tempo receber informações dos seringueiros da Amazônia. Mas na verdade, isso foi o que a gente pensou enquanto projeto. Mas quando a coisa começou a acontecer na prática a gente não seguiu rigorosamente este percentual. Ficou um pouquinho a mais de assentados do centro sul. (PAULA, 2002, RELATORIO CPDA\UFAC, p. 13-14).

Esses liames, que os conflitos sócio-ambientais afloraram, permitindo estabelecer associações com as práticas produtivas, e o modo de vida dos seringueiros acreanos, influenciaram igualmente a forma como eles abordaram a problemática fundiária. Neste sentido, a concepção da terra veio atrelada à dimensão ambiental, isso ficou constatado quando Chico Mendes sugeriu que uma das ameaças à floresta, consistia nos fazendeiros buscarem “fortalecer uma política de especulação de terra”, além da ameaça da pecuária. Esse fundamento da terra, como um bem sagrado e como dom de Deus, foi retransmitida pela influência da pastoral católica, que atuou em defesa desses trabalhadores difundindo, no âmbito local, uma concepção que enfatizava a relação homem-natureza, mas a terra só tinha significado com a floresta em cima, por isso, a questão fundiária no Acre foi recoberta pelo meio ambiente e a forma de uso tradicional dela pelos extrativistas/seringueiros.

Germán Palácio C. (2006, p. 11), buscando os aportes para caracterizar o campo da ecologia política, havia identificado, a esse respeito, que um dos aspectos dessa disciplina foi marcado pela experiência histórico-social do entrelaçamento do problema da terra com o meio ambiente, inclusive com uma fundição da valorização fundiária, devido à emergência da diversidade ambiental. O referido autor alega, por exemplo, que a luta pela terra foi, por muito tempo, o elemento fundamental da natureza a ser estudo pelos interessados das preocupações econômicas e sociais. Hoje em dia, a terra vê crescer um foco de atenção, recentemente descoberto com a irrupção da biodiversidade, como um aspecto fundamentalmente valioso da natureza. E a luta pela terra está cedendo espaço, em alguns aspectos, por seu caráter estratégico, a luta pela biodiversidade.

No “Pai Nosso do Seringueiro” e “Ave Maria do Seringueiro”⁴ (SILVA, 2001) há inclusive, um excesso de valorização da seringueira, a ponto desta árvore ser divinizada e motivo de reza pela

⁴ O Pai Nosso do Seringueiro: Seringueira que estais na selva, multiplicados sejam os vossos dias. Venha a nós o vosso leite, seja feita a nossa borracha, assim na prensa como na caixa. Para o sustento de nossas famílias nos daí hoje e todos os dias. Perdoai nossa ingratidão assim como nós perdoamos as maldades do patrão. E ajudai a nos libertar das garras do regatão. Amém!; A Ave Maria do Seringueiro: Ave madeira, desgraça ser preciso eu te cortar. Bendito sois o teu leite pra



redenção da sustentação da vida no seringal. O que importa sublinhar é a supremacia da floresta, diante da questão fundiária, ao menos, em termos retóricos, porque de algum modo foi ela quem conferiu a perspectiva pela criação das Reservas Extrativistas, com delimitação e demarcação do território, a partir do reconhecimento das estradas de seringais. Isso constata a indissolubilidade elementar de que a existência da floresta pressupõe uma base física que lhe dê sustentação. Esta ênfase no componente ambiental, contida na formulação das Reservas Extrativistas, foi descrita na publicação Diretrizes para um Programa de Reservas Extrativistas na Amazônia (CNS, 1992, p. 5), como sendo parte dos “novos critérios de apossamento da terra, centrado no uso sustentável dos recursos naturais”. Nessa proposta defendida pela entidade de representação dos seringueiros, além da vinculação estrutural da forma de uso da terra com os recursos naturais, estabelece-se também a distinção a respeito do modelo de desenvolvimento para a região que se põe contrário ao modelo de ocupação que ocorreu a partir dos anos 1960 “...baseado na grande propriedade e na exploração predatória da madeira” (CNS, 1992, p. 19).

Portanto, os desdobramentos dessa prática pastoral⁵ influenciaram especialmente a criação das reservas extrativistas, quando recolocaram a defesa dos recursos naturais, associando a questão fundiária e resgataram a vivência e os costumes dos seringueiros, colocando-os, como “guardiões da floresta”, por, tradicionalmente, utilizarem os recursos da fauna e flora, sem colocá-los em risco e extinção, consoante admite uma consolidada generalização, frequentemente acionada por lideranças sindicais, a de que “nós vivemos a vida inteira sem desmatar” (SILVA, 2001) muito embora se mencione que os seringueiros que preservam, sejam os mesmos que desmatam a floresta.

Essa relação entre homem-natureza tinha, igualmente, uma dimensão eminentemente econômica, porque preservar a floresta, significava a manutenção da base de reprodução econômica e familiar do seringueiro, que, mediante o corte da seringa, para a produção da borracha, coleta de castanha e a extração de outros produtos florestais, conseguiam retirar o seu sustento. Além do mais, o potencial amazônico do Acre sempre foi extremamente favorável ao desenvolvimento do extrativismo, pela diversidade das espécies florestais e faunísticas (ZEE, 2000). Contudo, a pecuária, a produção agrícola e/ou criação de pequenos animais, com o passar do tempo, se constituíram em

meus filhos sustentar. Para os barões farrear. Santa madeira mãe do leite rogai pela nossa vitória pra conseguir as Reservas Extrativistas nesta hora. Amém!

⁵ Como uma pastoral específica não pode estar isenta de infringir sobre certos poderosos e afetar interesses sociais dominantes (Martins, 1994), é que, em conseqüência do envolvimento da Igreja Católica nas áreas de conflitos por terra, alguns padres foram ameaçados de morte, vindo inclusive a serem presos por defenderem os direitos dos trabalhadores expulsos de suas antigas áreas e/ou colocações. Os encontros ou as reuniões com os trabalhadores rurais, às vezes, eram realizados às escondidas, por causa da repressão policial que rondava solta no município. O Jornal A Gazeta do Acre, registrou que um seringalista, chamado Guilherme Lopes, então secretário da Prefeitura de Xapuri, pronunciou as seguintes palavras: "A única maneira de resolver os problemas de terras que estão surgindo aqui, é matar o presidente dos sindicatos dos trabalhadores rurais, o delegado da CONTAG, e os padres que vivem instigando os seringueiros (Gazeta do Acre, Rio Branco/AC, 21 de junho de 1980. Ano III, n.º 573. Manchete na 1º página: Secretário sugere a morte como solução para terras)". Esta declaração do secretário também foi noticiada pela Rádio 6 de Agosto do município de Xapuri, com alcance em outros municípios do estado. Cf. também Chico Mendes por Ele Mesmo (2004).



práticas produtivas entre os seringueiros, embora em pequena escala para fins de subsistência, incremento da dieta alimentar e comercialização do excedente produzido (SILVA, 2001).

O que constitui o fundamento do conflito sócio-ambiental entre fazendeiros e seringueiros, se refere à disputa pela direção do projeto de desenvolvimento para o Acre, que se manifesta através da definição de qual atividade econômica vai ser predominante. Essa ambigüidade dos interesses, sobre a forma de utilização das florestas acreanas, pode ser observada pela crítica que os fazendeiros e demais defensores da pecuarização faziam contra os seringueiros, alegando que os mesmos não tinham projeto de desenvolvimento para a sociedade local e só queriam bloquear o progresso estadual. Foi com base nessa crítica que os seringueiros começaram a pensar em proposições concretas, de desenvolvimento sustentável, que pudessem ser exeqüíveis concretamente, em conformidade com os parâmetros de sustentabilidade ambiental, que eles tanto propugnavam. Isso levou os seringueiros e seus assessores a formularem a proposta das Reservas Extrativistas, fundamentando-a como modelo de desenvolvimento para o Acre. No depoimento de Chico Mendes, esse momento embrionário de formulação de uma proposta concreta para solucionar o dilema da equiparação entre desenvolvimento e sustentabilidade, começou aos poucos a se esboçar no próprio curso dos enfrentamentos históricos, estabelecidos. Chico Mendes deixa-a se explicitar em sua fala:

Veja bem: até 1984, a gente realizava empates, mas não tínhamos muita certeza do que queríamos. Sabíamos que o desmatamento era o nosso fim e de todos os seres vivos existentes na selva. Mas a coisa terminava aí. As pessoas falavam: ‘você quer impedir o desmatamento e transformar a Amazônia em um santuário intocável!’. Estava aí o impasse. A resposta veio através das Reservas extrativistas. Vamos utilizar a selva de forma racional, sem destruí-la (...) temos na floresta o abacaba, o patoá, o assai, o buriti, a pupunha, o babaçu, o tucumã, a copaíba, o mel de abelha (...) e tudo isso pode ser exportado, comercializado (CHICO MENDES POR ELE MESMO, 2004, p. 108).

Na certeza de que o modelo de "modernização" vigente na Amazônia implicava, necessariamente, no extermínio dos seringueiros – dado que seu meio de reprodução social, a floresta, estava sendo destruída de forma acelerada – as RESEX passaram a ser percebidas como o seu contraponto fundamental. Isso fez com que despertassem simpatias e apoios diversos de outros setores da sociedade civil, principalmente de ONGs e movimentos ambientalistas, que protestavam contra a devastação da Amazônia. Foi a sua face ecológica, expressa nas preocupações com a conservação das florestas, que abriu as fronteiras nacionais e internacionais para a divulgação da luta daqueles seringueiros. Essa capacidade de projetar a luta de resistência pela terra e em defesa da floresta, associando-as ao movimento ecológico, foi um dos traços singulares da liderança de Chico Mendes, a frente do sindicalismo rural, que fortaleceu internamente o movimento dos seringueiros no seu local de atuação (SILVA, 2001). Em consequência disso, deu-se a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS, em 1985, para perseguir, exatamente, esse objetivo, isto é, criar uma proposta de desenvolvimento sustentável que articulasse também a solução para o impasse fundiário. A estratégia

política consistiu no estabelecimento de um arco de alianças com movimentos sociais, ONGs nacionais e internacionais, universidades, agências financiadoras, entidades sindicais, partidos políticos, instituições religiosas, que possibilitasse o fortalecimento da luta em defesa dos “povos da floresta”.

Nas palavras de Raimundo Barros, líder sindical e companheiro de Chico Mendes, as Reservas Extrativistas representaram “...forma para evitar a continuidade da vinda do homem da floresta para dentro das periferias da cidade e garantir, também, que essa nossa floresta seja preservada, porque a única pessoa que preserva a floresta, é o seringueiro (...). A implementação dessa proposta, no Acre, pode ser entendida como uma alternativa de desenvolvimento, na medida em que promoveria uma valorização da floresta, baseada no entendimento de que, utilizá-la de forma sustentável⁶, poderá significar maior riqueza e bem-estar social, do que destruí-la” (CAVALCANTE, 2005, p. 294).

Certamente que estas duas matrizes diferenciadas de interesses sobre a direção do desenvolvimento e o uso do componente natural, decorreram de percepções assaz, distintas dos agentes econômicos e refletiram a visão mais geral sobre o papel e\ou o lugar da Amazônia na política econômica do país. A concepção do desenvolvimento sustentável orientadora da proposta das Resex, foi divulgada pelo Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS, contendo o seguinte enunciado:

O desenvolvimento sustentável refere-se ao processo de evolução histórica, na qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais devem progredir na busca de um equilíbrio dinâmico, reforçando o potencial presente e futuro do meio ambiente, suporte das atividades econômicas e sociais das populações agroextrativistas, a fim de melhor atender às suas aspirações e necessidades, respeitando a evolução dos seus perfis culturais. O componente ecológico considera a conservação da biodiversidade e a produtividade biológica. No componente econômico deve-se satisfazer as demandas básicas da população e a melhoria das condições de vida, garantido acesso a bens básicos de reprodução social em condições econômicas saudáveis. Em termos sociais, o sistema deveria permitir o maior acesso a serviços como saúde, educação, qualidade da água, além de contemplar a diversidade social, o associativismo com diversos objetivos e principalmente com participação coletiva e gestão de área (CNS, 1992, p. 10).

A essência angular dessa definição, emanada das práticas produtivas do campesinato acreano, naquela quadra histórica, contrastava emblematicamente com o núcleo dos processos de desenvolvimento, historicamente dominantes, em especial, com aquele implementado, a partir dos anos 1960, na Amazônia que havia deixado um rastro de devastação ambiental e provocado intensos conflitos sociais naquela parte mais ao norte do país. É fundamental insistirmos na exibição do traço

⁶ Entretanto, Márcio Cavalcante constatou que nos últimos anos esse “...espaço que foi constituído, fundamentalmente, enquanto negação de um modelo pautado na pecuarização, como modelo de refúgio da afirmação da identidade seringueira, vinculada a atividades tradicionais como o extrativismo” passou a sofrer uma inversão dos seus propósitos numa clara tendência de pecuarização. Segundo ele, os moradores da Reserva Chico Mendes tem dado cada vez mais ênfase à atividade de criação de gado, pois a “...necessidade de sobreviver na floresta e a busca de atividades lucrativas que resolvam essa necessidade fazem com que esses sujeitos contrariem o discurso de Desenvolvimento Sustentável, que elege a unidade de conservação, em questão (RESEX), como vitrine de sustentabilidade, e optem por uma tendência baseada no abandono de atividades tradicionais como a extração do látex (...) em que ganha destaque a agricultura comercial e a pecuária” (CAVALCANTE, 2005, p. 295).



diferencial da concepção de natureza, que decorre da percepção do campesinato acreano a partir de sua relação concreta, de existência intrínseca, com o seu modo de trabalho expresso durante os conflitos sócio ambientais, para realmente deixar evidente a originalidade de sua visão sobre a forma de uso dos recursos naturais, determinando, desse modo, como ele estabelece maior equilíbrio no desenvolvimento de suas práticas produtivas com o meio ambiente que lhe rodeia.

Todavia, basta dizer que, no geral, a defesa pela natureza no Acre, protagonizada pelos seringueiros, correspondeu àquela defesa de um mundo vital, que estava sendo afetado pelas práticas das atividades humanas, de determinados grupos sociais que as sustentavam, através de seus atos. “A resistência a esta destruição da capacidade de auto-supervisão – ou dito de outro modo, a autonomia existencial dos indivíduos e dos grupos ou comunidades – está na origem dos componentes específicos do movimento ecológico” (GORZ apud LÖWY, 2004, p. 35) que encontrou motivação também entre os seringueiros das florestas acreanas. Segundo André Gorz (apud LÖWY, p. 35) a motivação profunda é sempre defender o mundo vital, contra o reino dos espertos, contra a quantificação e evolução monetária (...) contra a dependência à capacidade de autonomia e autodeterminação dos indivíduos”. Tomando a experiência dos babaçuais do Maranhão e da mobilização das quebradeiras de coco babaçu, Alfredo Wagner Berno de Almeida, acentua com a mesma ênfase dos autores precedentes, que a crise ecológica que normalmente se fala “...é vivida pelos camponeses e pelos índios como uma ameaça à perda de florestas, de recursos hídricos, de áreas de plantio e coleta. Vivem a ruptura na estabilidade da combinação de recursos e de atividades elementares como uma arbitrariedade praticada contra eles, que ameaça sua reprodução física e social” (ALMEIDA, 1995, p. 41).

Se olharmos de forma retrospectiva o desenvolvimento histórico, notar-se-á que a oposição das percepções sobre a maneira de uso dos recursos naturais pode ser determinada, permitindo a discriminação dos tipos de percepções que orientaram a apropriação da natureza nas estratégias de desenvolvimento. Eduardo Gudynas (2003), a esse respeito sustentou que nos últimos 500 anos, a visão dominante sobre a Amazônia, que tem predominado desde os exploradores europeus assumiu vários significados. A primeira delas foi de que a Amazônia representava um lugar muito perigoso, um lugar selvagem, temido, e, que, por isso, necessitava ser dominado, controlado. No século XVIII, a nova orientação dominante, disseminou a idéia de que a Amazônia era sinônimo de recursos naturais inesgotáveis, de mananciais faunísticos e florísticos abundantes, recursos minerais, que precisavam ser explorados, sacados. Nos dois séculos seguintes, XIX e XX, a concepção de abundância de recursos cedeu lugar à noção de progresso, a partir de então se passou a atribuir à Amazônia o lugar do atraso, um empecilho ao desenvolvimento econômico, visto que a razão do progresso não considerava a noção de natureza senão que reduzindo-a à modernidade, valorizando somente a utilização, por si, dos meios instrumentais, tecnologicamente avançados.



Neste sentido, a experiência brasileira desenvolveu uma perspectiva débil sobre a Amazônia e o seu papel no desenvolvimento da nação. Nos governos nacionais, como o dos militares, por exemplo, em que ocorreu a propagação de ocupação das terras amazônicas pela agropecuária, predominou entre os latifundiários e fazendeiros a visão genérica de que a floresta amazônica correspondia a um obstáculo a ser superado pelos precursores do progresso técnico, em que o componente natural estava subordinado à sua dimensão econômica, além disso, qualquer questão natural poderia se reduzir a um preço, a um valor econômico. Essa percepção sobre a Amazônia e a natureza na lógica do desenvolvimento dominante, perdurou até a década de 1970-1980, no país, no caso particular, na cabeça dos fazendeiros, pecuaristas, além das autoridades políticas governamentais da época, nacional ou local, quando, então, os seringueiros de Xapuri ampliaram as vozes do mundo da ameaça, da devastação florestal, ao planeta, devido os grandes desmatamentos florestais na Amazônia e anunciaram, sem tanto entendimento ecológico, que a natureza, sim, conta nas estratégias de desenvolvimento, porque a natureza é uma forma de capital natural, cultural e político.

No âmbito do conhecimento social relativo a essa associação da ação humana, sobre o meio ambiente, eles não trouxeram nada que já não tivesse sido pronunciado pelo naturalismo, por exemplo, de Engels contra as atividades predatórias dos homens, no decurso de sua evolução, desde 1876, quando teceu severa crítica concernente ao esgotamento ambiental, derivado dos desflorestamentos.

Nós não devemos nos vangloriar demais das nossas vitórias humanas sobre a natureza. Para cada uma destas vitórias, a natureza se vinga de nós. É verdade que cada vitória nos dá, em primeira instância, os resultados esperados, mas em segunda e terceira instância ela tem efeitos diferentes, inesperados que muito freqüentemente anulam o primeiro. As pessoas que, na Mesopotâmia, Grécia, Ásia Menor e alhures, destruíram as florestas para obter terra cultivável, nunca imaginaram que, eliminando junto com as florestas os centros de coleta e as reservas de umidade, laçaram as bases para o atual estado desolador desses países. Quando os italianos dos Alpes cortaram as florestas de pinheiros da encosta sul, tão amadas na encosta norte, eles não tinham a menor idéia de que agindo assim cortavam as raízes da indústria láctea da sua região; previam menos ainda que, pela sua prática, eles privavam de água, suas montanhosas, durante a maior parte do ano (...). Os fatos nos lembram a todo o instante que nós não reinamos sobre a natureza do mesmo modo que um colonizador reina sobre um povo estrangeiro, contra alguém que está fora da natureza, mas que nós lhes pertencemos com nossa carne, nosso sangue, nosso cérebro, que nós estamos em seu seio e que toda a nossa dominação sobre ela reside na vantagem que levamos sobre o conjunto das outras criaturas por conhecer suas leis e por podermos nos servir dela judiciosamente. (LÖWY, 2004, p. 91 - 92).

Enrique Leff (2000) explica que essa suplantação das práticas tradicionais de apropriação dos recursos mais ajustadas às estruturas ecológicas, ocorreu com o avanço das técnicas difundidas, simultaneamente, com a expansão do sistema capitalista de produção, que via na abundância dos recursos naturais, uma fonte importante, por meio da qual os conquistadores podiam obter lucros consideráveis para as suas metrópoles, mediante o comércio dos produtos tropicais. A introdução das técnicas modernas, vindas do velho mundo, serviu como veículo para suplantar e até eliminar as práticas tradicionais, praticadas, produtivamente, pelas populações autóctones.



Segundo ele, antes da conquista destes povos, sua organização social e produtiva havia-se ajustado com harmonia às estruturas ecológicas de seu meio ambiente. O profundo conhecimento que adquiriram estes homens, de seus recursos e o desenvolvimento de técnicas agrícolas, adaptadas às condições topológicas e edafológicas de seu território, permitiu-lhes alcançar um importante desenvolvimento cultural. Contudo o auge do capitalismo mercantil influenciou de maneira decisiva na destruição e transformação das civilizações dos trópicos, iniciando-se assim a espoliação dos recursos destas zonas do planeta. (LEFF, 2000, p. 23-24).

No caso brasileiro, José Augusto de Pádua (2002) observou, em suas pesquisas, que o enredo que predominou no país concernente à relação do desenvolvimento com a natureza e seus recursos naturais, sofreu de um profundo paradoxo. Segundo o referido autor, a questão nacional relativa à utilização do meio ambiente é bastante antiga, remonta ao período colonial quando naquele momento, passou a ocorrer um entrelaçamento de visões, sobre a natureza, que se voltava para a determinação nacional do poder político e social. O mundo natural havia alcançado um estatuto relevante para o desempenho do ordenamento coletivo da nação, quando se percebeu a inter-relação entre os organismos naturais e os desdobramentos, para as organizações humanas. Os escritos de 1760, de Lineu e H Wilke, coletados pelo autor concluíram esta relação de conectividade dos seres sociais e naturais:

[...] a partir do que nós sabemos, é possível julgar quão importante é cada uma das disposições da natureza, de forma que se faltasse uma única espécie de minhoca a água estagnante alteraria o solo e a umidade faria tudo apodrecer. Se uma única função importante faltasse no mundo animal, nós poderíamos temer o maior desastre do universo (PADUA, p. 14).

Essa relação de conectividade também foi enfatizada pelo pensamento do naturalista britânico, Charles Darwin (1809-1882). Na sua teoria da evolução das espécies, a sociedade ou a dimensão do social aparece como resultado de adaptações sucessivas e avanços biológicos das espécies vivas, através de um processo de seleção natural dos mais aptos, em que aqueles indivíduos que melhor interagissem com o seu meio ambiente e melhor se adaptassem, sobreviveriam. Tim Ingold (1992), em seu texto *Cultura e Percepção do Meio Ambiente* investigando a conexão entre evolução humana, ecologia e cultura, demonstrou, igualmente, que o ser humano e os outros organismos estão enredados em teias de relações ambientais e que, a relação entre humanos e seus ambientes são mediados pela cultura através da qual o humano se adapta ao seu meio ambiente.

Segundo Pádua (2002), embora a interseção da sociabilidade humana com as estruturas biológicas de vida natural tenha sido considerada essencial para a estabilidade humana, pelas autoridades nacionais, a preocupação brasileira com a natureza e seus recursos não se assentou na necessidade de preservá-la em razão do seu valor intrínseco ou mesmo valor estético ou cultural, como caráter imanente deste “novo homem”. No caso do Brasil, lembra Pádua (ibid, p. 26) o que vigorou



não foi um “...interesse especial pelo valor sensível da natureza e sim pelo seu valor político e instrumental para o progresso nacional [...]”. O pensamento ambiental que se formava sobre os recursos naturais se orientava pela possibilidade de enriquecimento, que a natureza poderia proporcionar, não obstante tivesse como preocupação evitar o “desperdício dos recursos”. Não se aceitava a “destruição” derivada da adoção de métodos extremamente predatórios de exploração. O regime político de natureza escravocrata, na verdade, era quem contribuía para que não se permitisse, à experiência brasileira, formar-se como civilização moderna. O ranço colonial do regime escravista conferia à herança do atraso uma forma assimétrica de modernização, que exauria os próprios recursos naturais, que os guarneciam economicamente, através do desenvolvimento do luxo e da corrupção, da inibição do desenvolvimento tecnológico, o que promovia a destruição da “base natural” de toda riqueza (PADUA, 2002).

A dominância do valor, estritamente econômico, levado a cabo pelas orientações da política econômica brasileira, pode ser revelada pelo incentivo das práticas de monocultivos introduzidas no país, impulsionadas, exclusivamente, para satisfazer às demandas internacionais dos mercados estrangeiros. O empreendimento delas resultou no agravamento dos processos de degradação ambiental e levou à deterioração das bases de subsistências de muitos trabalhadores rurais, produzindo escassez de alimentos, coagindo os aos deslocamentos populacionais migratórios. José de Castro exemplificou esses efeitos deletérios, colocando em evidência a experiência sucedida através do monocultivo da cana de açúcar, no Nordeste brasileiro, que transformou extensas áreas férteis em solos degradados, além dos desaparecimentos de abundantes florestas que efetuou (LEFF, 2000).

Contudo, este pensamento ambiental, que se formava de base desenvolvimentista, inovou, se comparado às outras quatro visões que moldaram a perspectiva cultural dominante, até finais do século XVIII. A intolerância contra o desperdício da natureza e a sua função na estabilidade da economia e da política, foram aspectos que não estavam colocados no plano das idéias. Na primeira visão, por exemplo, pouco se importava com a destruição da natureza, sua condição tropical era considerada inferior à zona temperada. Na segunda perspectiva, se reconhecia a grandeza da natureza, mas a sua vastidão e nobreza impedia o pleno desenvolvimento da sociedade. Já na terceira visão, a destruição ambiental era vista como um preço a pagar pelo desenvolvimento e progresso econômico. O quarto pensamento, apesar de enaltecer a exuberância do meio natural em termos retóricos, ao mesmo tempo ignorava o desaparecimento do meio natural, visto que a “cultura que embalou a ideologia do eterno ‘berço esplêndido’ não chegou a preocupar-se com o estado de conservação do mesmo”. A destruição da natureza, em certo sentido, consistia justificativa aceitável para se chegar ao progresso da civilização (op.cit., p. 24). Na quinta perspectiva que se apresenta, o desenvolvimento político e econômico, correlaciona-se com a centralidade da apropriação da natureza, como recurso principal para o avanço do país. O tom laudatório e ornamental, embora tenha moderadamente intermediado

estas idéias não impediu um pequeno grupo de intelectuais de se posicionarem, de maneira crítica e contestatória, contra o desperdício da natureza. Os estragos produzidos pelas agressões ao meio ambiente eram vistos como responsáveis pela debilidade dos Estados, pois no caso do Brasil, esse potencial residia, especialmente, no seu meio natural.

Nesse sentido, José Bonifácio propôs um projeto político de construção da identidade nacional brasileira, a partir do século XIX, pautado numa lógica com duplo movimento: em primeiro lugar, integrar a população que estava dispersa e fragmentada, dando-lhe “unidade de sentido” de identificação com o meio natural brasileiro; em segundo lugar, implementar uma política ambiental robusta de proteção e uso racional dos recursos naturais, rompendo com o sistema colonial, baseado no latifúndio da terra, no monocultivo e na destruição ambiental (PADUA, p. 147). Em síntese, a visão de Bonifácio considerava a natureza como matriz ideológica, útil para moldar o imaginário social, em torno de um projeto governamental de desenvolvimento nacional.

Eduardo Gudynas (2003) nos lembra que a Natureza sempre foi componente importante nas estratégias de desenvolvimento para a Amazônia. Mas a forma como ela tem sido apropriada, a partir das diferentes visões que orientaram a apropriação dos seus recursos naturais – desde a noção de fontes inesgotáveis de riquezas, de região frágil, selvagem e amedrontadora até aquela visão da natureza como o atraso ou empecilho para o desenvolvimento, um obstáculo a ser superado – não conseguiu responder, de maneira satisfatória, pela sua sustentabilidade ambiental porque todas as percepções formuladas estavam subordinadas ao seu valor estritamente lucrativo.

No entanto, no século XX, as mudanças climáticas e os danos ambientais incalculáveis, se agravando por todo o planeta, trouxeram ao centro do debate a formulação do “desenvolvimento sustentável”, elevando a natureza, à condição de atributo natural, cultural e político. O importante dessa formulação do desenvolvimento sustentável refere-se ao resgate da centralidade da natureza como recurso indispensável nas estratégias da política econômica dos governos dos Estados, mas não somente como fonte de matéria prima, economicamente viável para a dinâmica dos mercados, senão que como base patrimonial para manutenção do equilíbrio do planeta.

Todavia, no plano da realidade social, a visão instrumental sobre a natureza influenciou na separação campo-cidade, donde o campo apresenta-se sempre de forma subordinada em relação à cidade e é, normalmente, considerado atrasado frente aos centros urbanos. Nesse sentido, Marx e Engels (1987) observam que o campo primeiramente está relacionado ao trabalho agrícola, e em segundo lugar, associa-se ao atraso, numa situação em que o meio rural é percebido, continuamente, como algo a ser superado, um estado de coisas a ser vencido. A idéia valorativa herdada do feudalismo de que o trabalho da terra é fator de degraço humano, associado ao atraso tecnológico e das práticas produtivas, da ociosidade do solo, leva os autores a atribuírem à sociedade camponesa, a ‘vida camponesa’, como um pólo sempre a ser dominado pela ‘cidade’, numa linha evolucionista que

privilegia a concepção de que o rural tem o seu final de chegada na vida urbana. Esses componentes (o agrícola, o atraso, a subordinação) vão inserir-se, parcialmente, no centro da ambigüidade explicativa do campo, em oposição à cidade, esta vista como moderna, civilizada.

Leis (1999, p. 57), considerando a abordagem do contratualista moderno mais moderado John Locke (1632-1704) ofereceu uma mostra dos desdobramentos práticos dessa visão de distensão da relação entre natureza e sociedade, que vai se expressar em termos da diferenciação do campo em relação à cidade, quando disse que John Locke sustentava a visão que associava “os habitantes civis e racionais à vida das cidades, com aqueles mais ignorantes que moravam nos bosques e florestas”.

De forma bem explícita, observa-se a influência da percepção sobre a natureza que se preceitua como pano de fundo da orientação de subordinação e subjugação da cidade, frente à vida do campo. Nessa mesma linha de raciocínio, Keith Thomas constatou que, no século XVII, por exemplo, reinava um total desprezo pelas florestas e desvalorização dos animais e do meio natural, já enraizado em qualificativos depreciativos, como é o caso da designação da expressão “floresta virgem”, que era sinônima de: “terrível, sombria, selvagem deserta, agreste, melancólica, desabitada e assolada por feras”. O autor conclui dizendo que “as matas eram, portanto, lar de animais e não de homens (...) e todo o homem que vivesse nelas seria rude e bárbaro” (LEIS, 1999, p. 57).

Como vimos, as distintas percepções dominantes sobre o desenvolvimento, que prevaleceram ao longo da história econômica nacional, em particular da Amazônia, sempre foram bastante refratária a considerar a diversidade natural dos recursos, como patrimônio cultural, diante da pressão do progresso econômico dos governos. Nem pela visão dos primeiros exploradores europeus, nem tampouco pelas perspectivas das autoridades políticas ou econômicas brasileiras, seria possível encontrar vestígio que ressoasse favorável à sustentabilidade dos recursos naturais de conciliação do desenvolvimento, com aquelas práticas produtivas de base natural, tradicionalmente, compatíveis com a reprodução ambiental e social das suas populações residentes.

Então, baseado nesse duplo condicionamento dos trabalhadores rurais em que, por um lado, apresentam-se como coadjuvantes nos processos de desenvolvimento econômico hegemônico, e por outro, encontram-se no espaço rural, que se põe constantemente em subordinação ao urbano, lhes colocando na condição de atrasados socialmente e economicamente, isso levou-nos a questionar como foi possível os seringueiros acreanos formularem um projeto de desenvolvimento original, procurando compatibilizar a melhor forma de utilização dos recursos naturais que não comprometesse a perpetuidade do ambiente para as gerações futuras, e mais, invertendo a visão da natureza como atraso e empecilho para transformá-la, na medida mais avançada do desenvolvimento.

Convém sublinhar que na década de 1970, o processo de intensificação da modernização da agricultura do ‘meio rural’ brasileiro – levando à superprodução, expansão do desemprego rural, e degradação ambiental – que ameaçava levar a extinção do próprio campo, por um lado, produziu uma

reconfiguração do olhar sobre o campo, e conseqüentemente, sobre o campesinato, com o desenvolvimento de infraestrutura de transportes e comunicação, e implantação de programas sociais de seguridade social, isso favoreceu, ao contrário, a redução dos fluxos migratórios e o meio rural passou a ser alvo de atração de outras categorias de trabalhadores.

Certas teorias de dosagem evolucionista vieram abaixo em suas suposições bastante difundidas de que, quanto mais as comunidades tradicionais (folk, camponeses, por exemplo) caminhassem no sentido de integração à sociedade mais ampla, mais elas tenderiam a desintegrar-se e a extinguir-se. Nota-se que ocorreu, praticamente, o contrário, quer dizer, as transformações modernizadoras no campo reforçaram a permanência do campesinato e a sua existência, mesmo em condição de subordinação à sociedade abrangente. A relativa autonomia do campo em relação à cidade passou a se dar apenas no âmbito interno do campesinato, como marco diferencial do modo de vida e trabalho (REDFIELD, 1989).

Nós temos dito, e procuramos demonstrar isto através da localização da ambigüidade de interesses, presentes nos conflitos sócio-ambientais acreanos, que a percepção destoante dos seringueiros, de criação das Reservas Extrativistas, revelou uma forma diferenciada de utilização dos recursos florestais, diametralmente oposta das visões dominantes de desenvolvimento, empreendidas pelos processos de ocupação da região amazônica. Mas se o processo de integração regional do Acre foi precedido e impulsionado pela articulação internacional do comércio de mercantilização da borracha que, inclusive, determinou a utilização dos recursos naturais, nos perguntamos como os seringueiros acreanos puderam estabelecer maior vínculo de equilíbrio em suas práticas, de tal modo que possa justificar a sua valorização distinta sobre a natureza se eles eram as peças executoras do comércio mercantilista de produção da borracha. Em que sentido, então, parafraseando Arturo Escobar (2005) podemos dizer que é possível colocar a conexão necessária que existe entre sistemas de significados da natureza e as práticas concretas que se realizam nela?

4 MAPEAMENTO EXPLORATÓRIO DA RELAÇÃO DO CAMPESINATO ACREANO – OS SERINGUEIROS – COM A NATUREZA

Um dos grandes desafios colocados para o mundo moderno e industrializado, tem sido o dilema de equacionar a conservação do meio ambiente por meio da utilização racional dos recursos naturais, ajustando-a aos processos de desenvolvimento, de modo a garantir a sustentabilidade dos recursos, socializar os benefícios financeiros, dele gerados, bem como promover a elevação da qualidade material de vida dos povos, principalmente daqueles que habitam e extraem os ecossistemas tropicais, como os da Amazônia. Foi com essa preocupação que a Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente, no seu relatório Futuro Comum, forjou a idéia de desenvolvimento sustentável, como aquele processo, através do qual o desenvolvimento torna-se capaz de produzir o uso dos recursos, para



atender as necessidades das gerações, atuais sem comprometer o potencial, para suprir as necessidades crescentes das gerações futuras (GUDYNAS, 2003).

Contudo, não se pode compreender esse processo contínuo de valorização dos recursos naturais, na devida conta a não ser considerando as contradições e os enfrentamentos estabelecidos pela dialética histórica entre as diversas forças sociais, no âmbito das dissidências econômicas ao redor da apropriação e distribuição da natureza, ocorrido a partir da estruturação de determinado tipo de concepção de mercado, a saber, o mercado capitalista de produção, pois o caso do campesinato acreano tributário desse processo de produção social da natureza e dos seus vários usos em disputa, concorreu, dentro do confronto, com a mentalidade capitalista, em torno do uso de suas florestas. A defesa das suas florestas, portanto, não foi resultado dissociado da sua utilização produtiva, enquanto principal meio de reprodução social desse segmento de trabalhadores, podendo ser considerada, por isso, mais pela importância que os recursos naturais passaram a exercer para a sobrevivência, a partir da década de 1970, despertando a consciência coletiva da necessidade da sustentabilidade de seu modo de vida, do que pela possibilidade de uma vinculação abstrata desses trabalhadores com a natureza.

Embora, como veremos, o desenvolvimento histórico das forças produtivas demonstre que as fases progressivas das trocas econômicas tiveram orientações de mercado completamente distintas daquelas que passaram a vigorar com a estruturação da orientação do *homo oeconomicus* do mercado, determinado capitalista de produção, introduzida pelos cânones de David Ricardo, de motivação pela lucratividade econômica (GRAMSCI, 1987), o caráter específico de significação valorativa dos recursos naturais pelos seringueiros acreanos não pode ser determinado, compreensivelmente, por fora da crescente conscientização que foram tendo sobre a necessidade dos recursos para sua sobrevivência histórica, dado o fato de que suas práticas produtivas foram operadas e instrumentalizadas pelas próprias exigências da exploração dos recursos naturais, durante o avanço do capitalismo e sua fase de mercantilização dos produtos tropicais da região amazônica de maior interesse econômico, como foi o caso da indústria extrativista da borracha.

No entanto, mesmo ciente de que os trabalhadores acreanos, os seringueiros, originaram-se, já incrustado dentre as relações mercantis de orientação capitalística de produção, tiveram a capacidade de compatibilizarem, simultaneamente, no mesmo modo de vida de trabalho, voltado, predominantemente, para a exportação de borracha, práticas de subsistências para a manutenção social de sua existência, que, aos poucos, foram se desenvolvendo pela camada mais subterrânea do mercantilismo dominante, de tal maneira que essa faceta de sua existência foi permitindo-lhe a conscientização das suas necessidades e das contradições de exploração a que estavam envolvidos que poderiam levar à exaustão dos meios materiais, para a sua sobrevivência social. Essa dupla existência, ao que parece, representou o aspecto determinante que possibilitou, historicamente, o seu lento estabelecimento dos vínculos, com o meio ambiente que o rodeava e, que por isso, permite nos



considerá-los como um tipo particular de trabalhadores, característicos em semelhança com as lógicas produtivas, em termos genéricos, dos trabalhadores classificados como camponês, por mais que tenhamos que guardar as devidas dessemelhanças de geografia, tempo e lugar.

É por essa razão que antes de procurarmos estabelecer o vínculo específico dos seringueiros com os recursos da natureza que veio à tona durante os conflitos sócio ambientais, da década de 1970\1980, no Acre, buscaremos revelar a herança histórica, de interação com o meio natural a qual os camponeses, no geral, aparecem como portadores, com a finalidade de identificar os enraizamentos remotos de interseção orgânica, com as estruturas biológicas naturais que sustentaram práticas produtivas mais compatíveis com a sustentabilidade social, econômica e ambiental dos povos, em razão dos valores de usos prevalecerem diante daquelas motivações estritamente usurárias. O principal objetivo de promover esse delineamento consiste em demonstrar, em primeiro lugar, que existiram várias racionalidades econômicas na orientação da ação dos agentes, em torno de seus interesses (individuais ou coletivos), e em segundo, que as determinações voltadas estritamente para a barganha econômica, não estiveram presente em todas as transações mercantis de todos os tempos, mas diz respeito a um determinado período histórico, em que se instala o mercado auto-regulado, e mesmo sendo ele predominante no atual momento contemporâneo, formas sociais de resistências no interior das relações de produção exercem protestos e contestações que ativam mecanismos políticos, eficazes para a proteção da sociedade.

Nessa perspectiva Guzmán (apud Carvalho, 2005, p. 195) considerou que, no campesinato as formas de vida foram resultado de uma interpretação da relação homem natureza que estabelece a articulação de elementos para o uso múltiplo dos recursos, isto é, o jeito de produzir do camponês, consiste em um modo de apropriação da natureza tradicional, com sua história, seus conhecimentos e sua cultura, e é, a partir disso, que ele constrói um modelo original de desenvolvimento, baseado numa racionalidade ambiental que subsume a dinâmica, meramente econômica, que caracteriza as formas predominantes de atuação, orientadas pela lógica capitalista de produção.

De todo modo, convém dizer que o campesinato em geral, bem como o acreano, em particular, caracterizou-se por um tipo particular de relação estabelecida com a terra e a natureza que o diferenciou da sociedade abrangente, ao qual ele se vinculava. Nesse sentido, merece o nosso esforço de procurar conceituar o campesinato, apesar de estarmos ciente também de que ele representa um dos segmentos sociais mais difíceis de explicação, devido à miríade de diferenciações internas que ele apresenta. Contudo, tem-se bastante evidência de que o campesinato é herdeiro de um tipo de relação mais equilibrado com o uso dos recursos naturais, porque a sua lógica econômica diferencia-se do modelo capitalista baseado na barganha e do lucro puro e simples, pois se não levasse em conta os danos ambientais e sociais que os desdobramentos da usura são capazes de causar ao meio onde vivem poderiam comprometer a sua sobrevivência e reprodução social.



Fernandes (2006, p. 12) assinalou a este respeito que, “diferentemente dos trabalhadores assalariados ou dos empresários capitalistas, que produzem e se reproduzem, a partir, unicamente, da relação capital-trabalho, em todos os lugares, o campesinato cria e se recria por meio da relação familiar e do assalariamento temporário”. O modo de vida do campesinato tem, principalmente sua preocupação com a terra, com as condições de trabalho, com a conquista, reconquista e preservação da terra, seu principal elemento de produção. Também relacionado com a terra, está preocupado com o problema da produção e da apropriação do produto do trabalho. O trabalho na terra e a produção de alimentos para o auto-consumo, tornam centrais para as relações que identificam os diferentes tipos de campesinatos existentes em qualquer parte do mundo (IANNI, 1985).

Segundo Carvalho (2005, p. 170) os camponeses constituem-se “daquelas famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta, resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural (...), desenvolvida, de tal modo, que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação”. Desse modo, as estratégias de reprodução do camponês⁷ se baseiam na valorização dos recursos de que dispõem, internamente, no estabelecimento familiar, e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro, utilizando-se dos meios disponíveis que aprenderam a manejar ao longo do tempo.

Nota-se, portanto, que o campesinato possui uma multiplicidade de formas de apropriação da natureza e de saberes, para controlar em favor de seu proveito, os recursos naturais. Tais saberes foram transmitidos aos filhos e isso justifica as decisões referentes à alocação de recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como a maneira apropriada para diferenciar no tempo, o consumo da família. Isso leva-nos a pensar que o campesinato detém uma cultura própria, vinculado a uma tradição, moldado por regras de parentesco, de herança e das formas de vida local e comunitária.

É, a partir disso, que ele desenvolveu uma “racionalidade” que lhe é própria, ainda que plena de diversidade. Essa racionalidade visa a garantia da continuidade da reprodução social da família e a posse sobre os recursos da natureza. Ela não está diretamente movida pelo simples lucro, senão pela busca da melhoria das condições de vida e trabalho da unidade produtiva, e pela garantia da herança de terra para os filhos das futuras gerações. É por este motivo que a luta de resistência dos seringueiros

⁷ Hébette, grande conhecedor dos trabalhadores amazônicos (2004, p. 2 apud CARVALHO, 2005 p. 172) também caracteriza os camponeses como: “produtores livres de dependência pessoal direta (...); sua sobrevivência de homens livres lhes impõe laços de solidariedade, cuja quebra ou enfraquecimento ameaçam seu modo de vida; esses laços mais primários são os de parentesco e o de vizinhança, que os levam a procurar em comunidade; busca de sua permanência e reprodução numa mesma terra (...), traduzidos como apego à terra, é a marca do sucesso de seu modo de vida e a fonte de seu cuidado com seu ambiente: migração para ele é uma fatalidade, a expulsão, uma degradação inaceitável [grifos no original]. Já Fernandes (2006, p. 12) o define da seguinte maneira: “a organização do trabalho e da produção familiar e/ou em comunidade; as diversas formas de uso da terra para produção de alimentos; a organização de cooperativas para os diferentes tipos de trabalho e dimensões do desenvolvimento; produção em pequena escala e criação de tecnologias apropriadas na relação com o espaço natural; policultura, a participação intensiva nos mercados locais e a produção de auto-consumo; a produção de processos produtivos, determinados pela agroindústria e as expressivas participações na produção para exportação. Pela própria estrutura da organização familiar e/ou comunitária camponesa e indígena, a produção e a criação camponesa obedecem ao tempo natural do limite humano”.



contra o desmatamento e a defesa pelas florestas acreanas não está relacionada, simplesmente, com a preservação ambiental. Chico Mendes comenta que não entrou “nessa batalha, junto dos ambientalistas, porque estava preocupado com as ‘plantinhas e borboletas’, como costumava dizer, mas porque a agressão contra a floresta estava matando, também, muitas vidas humanas. Seu grande projeto era encontrar soluções locais que resultassem numa vida mais digna para o povo da região” (CHICO MENDES POR ELE MESMO, 2004, p. 17).

Encontrar essas condições favoráveis para a reprodução social dos camponeses e sua família é, certamente, o dilema que enreda a economia camponesa. Isso porque não podemos esquecer que a agricultura camponesa é, em geral, pequena, e destituída de muitos recursos, tendo muitas restrições para potencializar suas forças produtivas. Nesse sentido, em grande parte, suas relações internas e externas são determinantes. No geral, o camponês apresenta-se sempre como um pólo oprimido de qualquer sociedade, em qualquer tempo e lugar sua relação foi sempre marcada pela subordinação (MOURA, 1986) e a depender de como ele se insere na relação de produção circundante, a sua maneira de percepção sobre o uso dos recursos naturais pode se alterar, em maior ou menor grau, em função dos acordos tácitos a que a relação de produção dominante pressupõe, ou em razão do nível de subserviência com que se articulam a ela. No entanto, mesmo subordinado, segundo a autora, o campesinato tem demonstrado grande capacidade de recriação e adaptação, de transformar-se em diferentes contextos históricos, sem perder, contudo, suas características específicas, como o fato dele “controlar a terra no capitalismo sem ser possuidor de capital” (ibidem, p. 8).

Mas não podemos entender seu funcionamento se não compreendermos sua relação com o mercado, isso porque, em maior ou menor grau, esses camponeses se relacionam com o mercado, para a realização de sua produção. Ao contrário dos empreendimentos que acumulam, para maximizar lucro, a unidade de produção camponesa acumula, para tornar mais eficiente sua produção. É mais em função do parâmetro familiar que suas decisões são tomadas e assim estabelecem a extensão e a intensidade do uso da capacidade de trabalho de que disponibilizam. Essas motivações do camponês de ter acesso à atividades estáveis e rentáveis (COSTA, 1993, p. 7) não se apresentam como irreconciliáveis às estratégias econômicas de melhoria do padrão material de vida, pois suas preocupações são duplamente articuladas e complementares, de um lado, postulam a integração aos mercados, do outro, a garantia do auto- consumo da unidade de produção familiar.

Carvalho (2005) demonstrou ainda que os critérios de racionalidade camponesa objetivam também reduzir custos totais; minimizar riscos climáticos e de mercado; garantir o auto-consumo e o emprego da mão-de-obra da família; investir na melhoria e ampliação das condições de trabalho e produção de modo a aumentar a renda total da família, desde que não aumente a penosidade do trabalho familiar. A família fornece o trabalho necessário, principalmente à produção de subsistência, para satisfazer suas carências básicas e as contribuições impostas pelos poderes econômicos e políticos, por



isso, que a utilização de trabalho de terceiros, decorre da necessidade de diminuir a auto-exploração do grupo de trabalho doméstico (CARVALHO, 2005).

No modo de produção camponês, de lógica econômica predominantemente não capitalista, o processo de tomada de decisão do uso dos recursos, requer que se entenda a unidade de produção familiar, como um sistema aberto, que mantém relações com o meio ambiente físico, sócio-econômico e cultural, e que subtraem desse conjunto, incluindo a unidade de produção, os elementos que determinam o funcionamento do sistema. Neste contexto, o meio ambiente faz parte do conjunto de fatores, variáveis, ou elementos externos ao sistema, que influencia ou determina fortemente, com maior ou menor intensidade, as decisões e ações dos agricultores da forma de uso da terra e dos recursos produtivos. Tal compreensão mostra-se relevante para entendermos que a forma como as famílias camponesas se relacionam com a natureza, define a sua reprodução social e familiar, bem como a do próprio sistema camponês, em sentido geral.

Desse modo, não se deve desprezar, como foi dito, os resultados econômicos da racionalidade camponesa, pois os cálculos materiais são vistos como essenciais, para fortalecer as estratégias de seu desenvolvimento. Não se trata apenas do aumento de produtividade a qualquer custo, porque isso poderia ocasionar, em longo prazo, diminuição da renda, dependência crescente de fatores externos e danos ambientais que poderiam se traduzir em perdas econômicas, no curto prazo, escassez ou esgotamento dos recursos naturais. Tem-se então que, a racionalidade camponesa defende a proteção social da unidade familiar, dos recursos naturais em associação com o desempenho e eficácia econômica e produtividade, ao invés da pura e simples busca pelo lucro a qualquer preço.

No caso acreano, à medida que essa lógica capitalista ameaçou sua sobrevivência com os desmatamentos, a luta de resistência foi acionada, tomando a configuração de conflitos sociais. É importante assinalar que a relação de dependência social, estabelecida pelos seringueiros com a natureza, refletida pelo seu empenho, na defesa pela preservação das florestas, não foi derivado de um sentimento espontâneo de caráter imanente ao homem camponês daquela região, senão que foi resultado de um longo processo de ampliação da consciência, relativo à importância dos recursos naturais, que amadureceu, temporalmente, durante uma conjuntura determinada, de intimidação das florestas e da ameaça de extirpação dos laços de interdependência dos recursos naturais, para a manutenção do seu modo de vida. A defesa do seu mundo vital, conforme assinalou Gorz, esteve na origem dessa resistência. O esforço de precisar essa determinação histórica, do florescimento da consciência dos seringueiros, acerca da valorização efetiva da natureza, para a sua sobrevivência material, não corresponde a mero preciosismo da nossa parte, em razão da relação humana dizer respeito a essa indissolúvel interação com a natureza, enquanto o fundamento primeiro da existência social, segundo sublinhou Marx (1998). Ademais, desde tempos remotos, a lógica econômica que medeia os agentes nessa relação pode assumir muitos significados, muitas vezes

antagônicos e que não, necessariamente, podem estar de acordo com a perpetuidade da natureza, como a motivação aquisitiva que o sistema capitalista estruturou, tem equivalido ao exemplo contemporâneo mais incontestável.

Afora isso, como foi dito, os registros históricos demonstraram que as práticas dos seringueiros nem sempre foram compatíveis com uma percepção de comprometimento com os recursos naturais, e mesmo nos dias presentes, há quem diga que os seringueiros que procuram apropriar-se dos recursos silvestres acreanos, de maneira sustentável, são os mesmos que promovem o seu esgotamento natural. Tomemos para efeito de ilustração a esse respeito um exemplo sobre a fauna. No caso particular dos seringueiros, estes costumavam caçar para comercialização das peles dos animais, e na maioria dos casos, as peles dos animais silvestres caçados, as mais nobres, eram aquelas de animais que, normalmente, não se usava para consumo, como o gato do mato, lontra, onça, jacaré, o que significa que, muitos animais foram mortos apenas para se tirar a pele para comercialização, sendo a carne do animal descartada. O Sr. João Batista da Silva, ex seringueiro, da região do Alto Juruá, nos idos de 1960- 1970, e atualmente morador de Cruzeiro do Sul, comentou a importância da caça para a renda familiar dos seringueiros, naquela época, inclusive como complemento para a economia da borracha, em decadência. Ele relatou como era feito esse trabalho e comentou sobre a atividade de caçada na floresta:

Da Serra do Môa para Mâncio Lima a gente gastava dois dias de baixada e para subir quase três dias de varejão. Ai a principal também atividade fora da borracha, era a caça. A caça a gente fazia algumas coisas, a gente fazia algum dinheiro, a gente faturava bem. A gente vendia a pele de gato, a pele do porco, de veado, de queixada. Não era proibido, não era proibido de você matar caça naquela época. Quando caçava: Assim, que para caçar até que não influi muito, porque você tem o sábado, o domingo, quando não quer cortar. Mas na borracha mesmo, a gente trabalhando na seringa, a gente não pode caçar muito. A época em que eu caciei mais foi quando eu fiquei sem cortar seringa. Teve uma época em que eu só fazia caçar, pescar gato, dava muito dinheiro o couro do gato, de lontra. E vendia aqui na cidade, eu vinha para Cruzeiro. Tinha um comprador aqui na cidade, era o seu Nico Laurin e também o João Eudes. E tinha o Ricardo, irmão do Ildfonso Cordeiro que também comprava pele. (tinha a idade de 25-26 anos de idade). Logo que eu cheguei no Môa, dediquei minhas atividades mais caçando. A gente misturava as coisas, a gente fazia a pesca, na época dos peixes. Mas a atividade maior para produzir era a carne, o jabuti, que é proibido hoje em dia. Naquele tempo tudo era liberado. Você vendia tranqüilo no mercado. Era liberado de tudo, a carne, a pele. A gente vinha passava um mês na mata só caçando, pegando as peles, quando você tinha uma 20 peles, 30 peles, vinha para a cidade e vendia, fazia um bom dinheiro. Comprava mercadoria e já subia. Além da pele, a gente trazia galinha, pato, carne, carne de caça salgada. Então, isso gerava uma renda muito boa, fora da borracha. Que não era proibido naquela época. Caçava na Serra do Môa, na área do Jaquirana, próximo da fronteira do Peru, armava com arapuca, a idéia era não molestar a pele do animal para não estragar o couro. (Entrevista realizada com o Sr. João Batista da Silva, ex seringueiro do Alto Juruá. Cruzeiro do Sul, março, 2009).

Esse depoimento – que pode ser multiplicado para todo o território acreano – revela que apesar do suposto apego ambiental, os seringueiros também exerceram práticas produtivas que poderiam ser consideradas como bastante agressivas ao ambiente natural, ou no mínimo, que fomentavam grande



desperdício de seus recursos⁸. A experiência da Companhia Ford Industrial do Brasil – Fordlândia, na região do Pará, em Santarém, entre os anos de 1928- 1932 também nos leva a essa mesma constatação, de contenção dos ânimos, de um sentimento abstrato de praticidade pela natureza, despertado pelo conjunto da sociedade. Na Fordlândia e Belterra, por exemplo, foram plantadas cerca de 4.000.000 (milhões) de árvores de seringueiras, para concorrer com os plantios asiáticos. Ocorre que para a realização desses plantios de seringueiras foram desflorestadas muitas mil hectares de florestas nativas, e não se ouviu nenhum apelo ambiental pela destruição da natureza, naquela década de 1930. Na verdade muitos seringueiros foram recrutados para o trabalho nessas áreas incluindo os seringueiros dos seringais do território acreano.

As práticas nos seringais, de agressão à natureza, foram também diagnósticas durante os primeiros períodos de exploração da borracha, em relação ao tipo de corte que se faziam nas árvores de seringueiras, nas regiões do Madeira, Purus e Juruá. O Relatório de Plácido de Castro de 27 de Março de 1907, quando era prefeito do Alto-Acre, caracteriza o corte das seringueiras, com o emprego da machadinha, como “exploração bárbara e vampira da seringueira (...), exploração revoltante e iníqua, que em pouco tempo reduz e transforma ricos seringais em abandonadas florestas” (LIMA, 1970, p. 393). Araújo Lima (1943, p. 393) no seu texto *Exploração da Amazônia* denunciou o trabalho dos seringueiros como de depredação ambiental com a seguinte argumentação,

Era o erro de técnica malsã, com o emprego da machadinha, instrumento cortante e contundente, que fazia o corte da ‘arvore- mártir’ produzindo um traumatismo dilacerador, traduzido anatomicamente por uma ferida profunda, na parte cortical do caule da seringueira até as camadas mais centrais, com o comprometimento dos vasos de circulação da seiva. Para haurir, no momento, maior quota do látex, o seringueiro atacava a hévea machadadas, comprometendo-a e sacrificando-lhe a vitalidade. Nessa obra vandálica, embora inconsciente, que exprime bem a ignorância, a incultura, a falta de orientação racional na exploração dos seringais, ficaram estes depredados, esgotados, [os seringueiros] como sacrifício quase definitivo e irremediável de sua produtividade lactífera. Documenta-se assim, de modo irretorquível, que a indústria não era apenas extrativa, mas, antes de tudo, destrutiva.

Tem-se, portanto, que o sentimento dos seringueiros em relação à natureza foi colocado à prova e ganhou sua versão ecológica somente na década de 1970, com a ameaça específica de devastação das florestas acreanas pelos fazendeiros, que adquiriram as terras dos antigos seringais, no contexto da substituição da economia da borracha para a implantação da agropecuária, porque, antes disso, essa valorização ambiental não estava colocada no nível da consciência dos seringueiros, figurava como um dado natural de abundância do meio ambiente. No plano internacional, essa valorização da natureza ganhou ressonância porque, o modelo de modernização industrial nos grandes centros urbanos havia

⁸ Não se trata, obviamente, de propor uma relação humana com o mundo natural que prefigure à intocabilidade dos seus mais variados recursos, pois se sabe que eles são necessários e indispensáveis à existência humana, mas refere-se simplesmente a conscientização de que é assaz razoável e, por isso, do mesmo modo, bastante impraticável consumir tudo avassaladoramente, ao mesmo tempo, com tanta obsessão, sem uma equalização que mantenha seus fluxos e estruturas orgânicas, bem como não promova a ruptura do metabolismo das sociedades humanas com os recursos naturais.



provocado enormes problemas ambientais, como poluição, mudanças climáticas, devastações florestais, contaminação dos rios, solos, dentre outros aspectos, e a consciência ambiental já havia mobilizado muitas instituições favoráveis ao meio ambiente e a um modelo de desenvolvimento mais sustentáveis. No caso dos seringueiros do Acre, associado à questão ambiental, estava a problemática fundiária indissociável ao modo de vida dos seringueiros. O trecho de uma fala de Chico Mendes, localiza o momento em que o sentimento de pertencimento à natureza começa a florescer entre os seringueiros ameaçados de expulsão, na medida em que os seringueiros começam a se dar conta de que sem a floresta eles correriam risco de vida. Essa percepção foi motivo suficiente para sustentar ações de resistência e contestação, protagonizada pelo sindicalismo rural de Xapuri, contra a devastação ambiental, ao mesmo tempo, que ligou a luta pela terra, com a preservação das florestas acreanas; o tema da biodiversidade florestal recobriu a defesa de permanência dos seringueiros em suas áreas, pois viviam em condição de insegurança da posse da terra, nas áreas de colocações onde moravam nos seringais:

Como presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Xapuri, desde 1981, sua luta tinha sido pela justiça, trabalho livre e direito de posse da terra. Agora Chico Mendes começava a compreender que a ecologia – o extraordinário esplendor biológico da Amazônia – poderia ajudar os seringueiros a ganhar apoio e salvar seu modo de vida. Reconhecendo que, com a questão ecológica a seu lado, os seringueiros poderiam ter uma voz no debate sobre a Amazônia. (...) [pois] no Brasil, os seringueiros foram os primeiros trabalhadores que articularam o sindicalismo rural com a ecologia – e Chico Mendes só viera a conhecer a palavra ‘ecologia’ havia três anos (CHICO MENDES POR ELE MESMO, 2004, p. 23; 46).

Esses aspectos colocaram o tema ambiental em pauta no debate nacional e internacional e geraram efeitos imediatos, inclusive mobilizando, ocasionalmente, as principais agências financeiras de fomento, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. A viagem de Chico Mendes aos EUA para denunciar os estragos na Amazônia, causados por empreendimentos, financiados por essa instituição econômica, dá conta de situar como a articulação do plano local com o internacional produziu resultados bastante promissores para o meio ambiente acreano, porque o cenário mundial apresentava uma consciência bastante favorável a levar em conta o ambiente nas estratégias de desenvolvimento, conforme sugere o relato abaixo,

Depois que os representantes da Organização das Nações Unidas testemunharam o desmatamento do Acre, Chico Mendes viajou até Miami para participar da reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Lá, ele denunciou que a floresta amazônica estava sendo destruída por causa de projetos financiados por bancos internacionais. Foi para Washington, conversou com o senador republicano Robert Kasten Jr. e convenceu-o de que os empréstimos para a pavimentação da BR – 364, pavimentação esta, sem medidas de proteção ambiental, somente favoreciam o desmatamento e a atividade antieconômica da pecuária na região. Em um mês, os empréstimos foram suspensos (CHICO MENDES POR ELE MESMO, 2004, p. 16).

Os seringueiros do Acre, os seus modos de vida e trabalho, guardadas as devidas ressalvas de tempo e espaço, são tributários e herdeiros, a princípio, das características gerais que assinalaram a



condição daquele segmento social que se concebeu como campesinato. No caso da economia dominante da indústria da borracha que vigorou na Amazônia por mais de um século, embora os seringueiros se encontrassem bastante envolvidos nessa organização social do seringal e ao poder de domínio do patrão, portanto, totalmente integrados à sociedade abrangente e ao seu comando, eles conseguiram, no viver cotidiano da mata, desenvolver laços de reciprocidade e um modo de vida particular que aos poucos foram desabrochando, em forma, principalmente, da luta de resistência pela sua sobrevivência e reprodução da unidade de produção familiar, quando se viram ameaçados. Essa ameaça despertou, por outro lado, a consciência de defesa pela manutenção e preservação das florestas, pois da associação dessas duas posturas dependia a manutenção do seu modo de vida e trabalho.

Nota-se, portanto, que foi por dentro das contradições das forças produtivas, de orientação capitalística, nas quais os seringueiros estavam entrelaçados, que eles foram despertando a consciência das suas necessidades materiais, indispensáveis à sua sobrevivência, de tal modo que a determinação da percepção das suas necessidades articuladas que estavam com a preservação das florestas, atuaram, poderosamente, para gerar a mobilização de suas vontades coletivas, direcionadas, finalisticamente, para defesa concreta do meio ambiente natural. Segundo Gramsci (1987, p. 122-123) a consciência histórica que brota das contradições das forças produtivas revela-se, inicialmente, enquanto parte do reino das necessidades: “existe necessidade quando existe uma premissa eficiente e ativa, cujo conhecimento nos homens se tenha tornado operante, ao colocar fins concretos à consciência coletiva e ao constituir um complexo de convicções e de crenças que atuam poderosamente como as crenças populares. Na premissa devem estar contidas, já desenvolvidas, as condições materiais necessárias e suficientes para a realização do impulso de vontade coletiva; mas é evidente que desta premissa material, quantitativamente calculável, não pode ser afastado um certo nível de cultura, isto é, de atos intelectuais, e destes um certo complexo de paixões e de sentimentos imperiosos (...), que tenham a força de induzir à ação ‘a todo custo’”.

Esses dois componentes que permitiram colocar, objetivamente, fins concretos à consciência coletiva dos seringueiros daquele período histórico, foram favorecidos pelas transformações que se operaram, internacionalmente, a partir dos anos de 1970, nos processos de desenvolvimento, que afetaram, decisivamente, a relação da cidade com o campo, invertendo visões, anteriormente estabelecidas, como por exemplo, sobre o papel da natureza nas estratégias de desenvolvimento, assim como da relação da cidade com o campo. Num momento em que as fronteiras nacionais intensificaram suas relações internacionais, as mudanças ocorridas nos grandes centros industriais passaram a chegar às pequenas cidades e aos países subdesenvolvidos quase na mesma velocidade em que ocorriam as transformações em curso. O apelo ambiental acionado pelos seringueiros, encontrou campo fértil no cenário internacional, do mesmo modo que essa empatia estrangeira, de reciprocidade, repercutiu, favoravelmente, no âmbito local, cuja interação redefiniu o lugar dos seringueiros, de sua posição de

subalternidade e os posicionou em condição de disputa do poder, para a determinação dos rumos do desenvolvimento no Acre.

Nesse sentido, Ricardo Abramovay (2000) chama atenção para as transformações que alteraram o processo de desenvolvimento rural e influenciaram a relação campo-cidade. Segundo o autor, com o declínio da agricultura e a queda da importância econômica que ela sofreu, isso não resultou no desaparecimento do trabalho rural, mas, ao contrário, levou a uma efervescência do rural. Três características para o autor, são decisivas para pensar o rural hoje, que não sejam aqueles atributos associados estritamente à agricultura. A primeira delas, a qual convém sublinhar para os efeitos desse trabalho, diz respeito à idéia de que (i) o rural envolve uma relação de proximidade com a natureza. A segunda que (ii) as áreas rurais podem ser definidas como não densamente povoadas, e finalmente, que (iii) os limites e potenciais do desenvolvimento das áreas rurais são dados pelas suas conexões com a cidade, sejam as grandes cidades, sejam os pequenos aglomerados.

5 OS CONTEXTOS CONJUNTURAIS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA NATUREZA NAS ESTRATÉGIAS DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS

Muitos autores nacionais e estrangeiros destacaram as mudanças que colocaram a questão da natureza em pauta, no debate político internacional e o relacionaram com a nova dinâmica do rural e do urbano, que começaram a propagar-se no decorrer da década de 1970, como Terry Marsden (1992); Elena Saraceno (1996); Keyser (1990); Maria Wanderley (2000); Carlos Rodrigues Brandão (1999).

Terry Marsden (1992), por exemplo, identificou que essas mudanças que se processaram, estão relacionadas ao regime fordista de acumulação do processo de trabalho e normatização do consumo. Elas afetaram o desenvolvimento das economias avançadas, passando a anunciar uma nova fase do desenvolvimento capitalista que vinha surgindo para redefinir a produção e os mercados. Marsden descreve detalhadamente o recuo do regime de acumulação fordista, marcando o colapso do modelo do Estado Keynesiano- fordista, provocado pelo declínio da hegemonia do poder dos EUA; a deslegitimidade do sistema de Bretton Woods, nos anos de 1970; aumento do preço do petróleo; barreiras sociais colocadas pelo surgimento dos grupos neoconservadores, com uma política anti-estado, do bem-estar social, baseado no modelo keynesiano de plataforma política e social; abertura dos mercados, novas formas de flexibilização dos contratos de trabalho, desregulação dos estados nacionais e internacionalização do capital; reestruturação produtiva, com a mudança de pessoas e firmas. Esses sintomas de reestruturação teriam tornados obsoletos à oposição do rural versus urbano,

ou campo versus cidade e recolocado o debate em torno da linha analítica, que propõe a relação local-global e o local confrontado ao nacional⁹.

Elena Saraceno (1996) comentou a este respeito que a divisão do rural como espaço de produção agrícola e o urbano como produção industrial e serviços, não servem mais para explicar a realidade, pois o rural se diversificou. Os conceitos de região e território passaram a ser importantes para entender os processos econômicos locais, que fugissem do enquadramento do espaço, a escala local torna-se uma medida relevante para ressoar as interações entre os diferentes agentes sociais, imbricados no conjunto das ações em curso, naquele nível da esfera. Nessa linha de argumento, R. E. Paul (1968) postula a existência de um contínuo entre o rural e o urbano e mostra haver coexistência de traços do rural presente no urbano e traços urbanos presentes no rural. Em termos demográficos, geográficos, o autor diz que não faz o menor sentido a dicotomia rural-urbano.

Na verdade, conforme observou Keyser (1990) na década de 1990, o que houve foi a ocorrência de uma inversão demográfica com a recuperação da população rural em regiões francesas e o renascimento do rural, associado ao componente ambiental, onde o meio rural reapareceu, marcado por um modo de vida mais integrado em relação à 'natureza' e ao 'local'. O rural passou a ser visto como um espaço que se define por sua relação com a paisagem, um modo de vida, com forte dosagem ambiental.

A remodelagem do sentido sobre a natureza também se manifestou na abordagem de Wanderley (2000) como característica que alterou a equação da cidade em relação ao campo. A autora considerou que o renascimento do rural dá-se num contexto de crise da modernização da agricultura, concomitante a um processo de revalorização do espaço rural, identificado como indo além da atividade agrícola, o rural passa a ser percebido como espaço singular e ator social que através da relação com o meio ambiente, encontra ponto de convergência, para dialogar com a cidade. Diz ela:

...a categoria 'rural' carrega em si a diversidade das próprias relações entre os espaços rurais e urbanos – e entre populações do campo e da cidade – tais como se modificam, histórica e socialmente, no tempo e no espaço (...) assim a associação do meio rural com o meio ambiente estabelece o diálogo com as cidades, em um novo patamar, devido à importância que assume a natureza, em particular para os habitantes dos centros urbanos. (WANDERLEY, 2000, p. 132-133).

Duas considerações merecem ser destacadas sobre a abordagem de Maria Wanderley. A primeira delas se refere à idéia de que essa noção do rural, como espaço singular e ator coletivo, indica

⁹ Em termos micro para análise comparativa do Acre, essas mudanças na relação campo-cidade, impactadas pela política econômica de desenvolvimento, vai resultar na consolidação do mercado interno acreano, com a conseqüente valorização do setor primário, agricultura, pecuária e produtos extrativistas diversificados e tentativa de integração social do campo-cidade pela exaltação de características de sentimento de identidade regional. Essa integração buscará ligar a capital do estado aos vários municípios através de rodovias pavimentadas, inclusive, com a intensificação de laços políticos e econômicos com as duas principais regiões Vale do Acre e Vale do Juruá, até então, bastante isoladas, internamente, devido às condições geográficas, de difícil tráfego rodoviário, bem como baixa ligação política.

que o rural passa por uma dupla significação, que remeta à maneira como as pessoas de fora e os de dentro percebem o espaço rural. Não haveria, a rigor, um rural enquanto lugar predefinido, mas somente enquanto lugar de representação e percepção de um determinado modo de vida, atribuído pelas pessoas que se sentem vinculadas às suas próprias representações de pertencimento, por estarem ligadas à determinadas formas de expressões sociais de vida e trabalho. Tal pertencimento se afluaria nos momentos de conflitos sociais, acerca das representações de mundo, que ocorrem, geralmente, nas disputas pela identificação do lugar, como, por exemplo, o conflito que envolve o campo versus a cidade. O vínculo com a natureza, em segundo, seria outro elemento importante, que ganharia destaque na redefinição dessa nova ruralidade, visto que o uso excessivo de insumos químicos, de origem industrial, com base no modelo produtivista de desenvolvimento, trouxe conseqüências desastrosas para a vida humana, assim como os desmatamentos e os desperdícios dos recursos naturais, nas regiões amazônicas, como a modernização do campo.

No caso das florestas do Acre, merece sublinhar o fato de que a revalorização do seu meio ambiente natural (financeira ou culturalmente), considerado, inclusive, como empecilho ao desenvolvimento, em última instância, deu-se independente do seu caráter propriamente biológico, físico ou social. O rural acreano, tido como atrasado e seus recursos naturais denunciados como obstáculos ao progresso, passaram de um momento para outro a ser reconhecidos como portadores de riquezas naturais e biodiversidade de valor inestimável para o desenvolvimento sustentável, sem que as suas propriedades biológicas, naturais e sociais tivessem sido alteradas.

Essa inversão da percepção sobre o ambientalismo, que se proliferou por todo Brasil, acompanhou os desdobramentos sócio-econômicos deletérios, associados à modernização industrial do país. Moreira (2003) sustentou a esse respeito que a burguesia urbano-industrial, que foi vitoriosa no Brasil, deslocou o poder político do campo para a cidade, do rural para o urbano. Nesse movimento, formulou visões, sempre de um rural atrasado, ineficiente, rústico, selvagem, tradicional, inferior e incivilizado, em comparação com a cidade moderna, desenvolvida, superior e letrada. No período contemporâneo, com a politização da temática ambiental e a vinculação do rural à natureza ambiental, passou a predominar uma narrativa do “novo rural”, em que o trabalhador rural representa, agora, o que há de mais moderno, “esse novo rural seria, ao mesmo tempo, urbano e global, tecnificado, industrializado, civilizado (...) o agricultor como o jardineiro da natureza e como o guardião do patrimônio natural e das tradições culturais, agora a serem preservadas (ibid, p. 122).

Tem-se, em síntese, que o renascimento do rural está relacionado, de forma geral, com a crise da cidade com o esgotamento do modelo de modernização em curso e das diferentes atividades econômicas a ele associado que alteraram a consciência sobre a natureza. Nesse sentido, três aspectos fundamentais redefinem o escopo das tensões presentes no discurso da nova ruralidade: (i) o primeiro deles atribui prioridade à destinação produtiva do meio rural; (ii) o segundo traço liga o meio rural a

uma melhor qualidade de vida, espaço coletivo e lugar de boa moradia a que pode usufruir o conjunto da sociedade; (iii) o terceiro considera o meio rural como parte integrante do patrimônio ambiental a ser preservado contra todos os usos predatórios (WANDERLEY, 2000, p. 100).

O vínculo do meio rural com o componente ambiental, conforme mencionamos, além de referir-se à tradicional ligação do campesinato com a terra e os meios produtivos a ela relacionados, foram revigorados em função dos grandes danos ambientais, que o modelo de desenvolvimento industrial disseminou, a partir, por exemplo, dos projetos agropecuários e das práticas agrícolas predatórias, que resultaram na degradação de boa parte dos recursos naturais, contaminação dos solos e dos mananciais hídricos. O conjunto deste projeto gerou, portanto, o que ficou conhecido como a crise ecológica. Para Mathieu (1990, apud WANDRELEY, 2000, p. 100) “não é mais apenas a natureza, suporte da atividade agrícola, mas uma natureza pluridimensional, onde os elementos água, ar, terra... retomam importância, tanto quanto a noção de ecossistema (...), trazendo à tona um discurso de valorização da natureza, do meio rural a ele associado e do modo de vida camponês. Nesse mesmo momento, fala-se em um ‘campo reinventado’ e em uma ‘neonatureza’ e registra-se um movimento que será crescente, a partir de então, de busca e de retorno ao rural, especialmente entre os jovens”.

Ricardo Abramovay (2000), baseado em estudo sobre o significado da ruralidade no contexto dos países capitalistas contemporâneo (EUA, França, países da Organização de Cooperação de Desenvolvimento Econômico – OCDE), questionou a premissa de que o rural estaria condenado a desempenhar um papel secundário nas sociedades capitalistas, em função do declínio das atividades rurais e devido à crescente importância que havia ganhado as atividades não-agrícolas, nos estabelecimentos considerados rurais. Segundo ele, se o rural não for tomado simplesmente como espaço de produção, três novas características emergem como importantes na reconfiguração do novo rural: (i) em primeiro lugar, o rural envolve uma relação de aproximação com a natureza; (ii) a segunda, refere-se à relevância das áreas não densamente povoadas; (iii) a terceira, prende-se ao potencial de desenvolvimento do rural, na sua relação com os núcleos urbanos.

Com essa problematização procuramos destacar, em particular, a importância da associação do tema da natureza com o campesinato, ou em termos gerais, com o meio rural. É importante frisar, no entanto, que o tema da natureza entra em cena no debate contemporâneo, a partir da segunda metade do século XX, mas ele já está colocado, como vimos, desde o século XIX, com o processo de mecanização e modernização da agricultura, o que gerou muita mudança no uso do solo. Naquele contexto, a natureza apareceu como espaço idílico, espaço de consumo, e nas regiões amazônicas, persistiu a idéia de espaços naturais, “selvagens”. A partir desse movimento, o espaço rural passou a anunciar um valor para além da sua associação à produção agrícola, desvinculou-se de seu valor produtivo e passou, ao mesmo tempo, a adquirir um valor cultural, atributo do patrimônio universal.



Esse valor cultural, isto é, esse sentimento de pertencimento à natureza do qual a vida humana depende para sua sobrevivência e prosperidade material, no caso do Acre, foi gerado pela ameaça que os seringueiros acreanos vivenciaram com o processo de destruição das florestas de seringueiras e castanheiras, que colocou em risco sua sobrevivência familiar e os meios disponíveis para a sua reprodução.

No plano internacional, as ameaças globais, que o desenvolvimento industrial trouxe consigo como consequência com as mudanças climáticas, secas e chuvas excessivas, a extinção de animais exóticos, a degradação dos solos, o envenenamento dos rios e o furor dos furacões e dos mares, que contribuíram para que a valorização ambiental alcançasse visibilidade mundial. Os efeitos globais dessa degradação ambiental e a resistência local dos seringueiros, em defesa das florestas acreanas, associados potencializaram o valor da natureza e elevaram a uma estratégia do desenvolvimento humano.

No entanto, esses efeitos do processo de avanço da revolução industrial datam do século XVIII, com o crescimento das cidades, a desestruturação das bases da economia camponesa, o deslocamento do trabalho, o aumento populacional, a destruição das florestas e bosques, as doenças, a fumaça, a sujeira, o barulho. Tudo isso ao mesmo tempo, ocasionou um efeito antagônico ao ideal do progresso da cidade. Alan Macfarlane (1987) menciona que os próprios representantes ingleses da revolução industrial começaram a se questionar e a lançar críticas sobre os valores modernos e a desfiguração que as estradas, os canais, construções industriais haviam ocasionados, impulsionaram um olhar positivo sobre o caráter lúdico da vida no campo, antes depreciado. A vida natural perdeu seu aspecto intolerável e selvagem, tornando-se atraente aos olhos do cidadão da cidade.

Tal movimento, adverte Macfarlane (1987), não pode ser visto como contrário ao desenvolvimento moderno, mas lhe é complementar e conveniente, porque a relação mais positiva, a respeito da natureza, não poderia ser despertada sem o avanço da ciência, enquanto instrumento propiciador do alargamento do controle e garantia da sobrevivência do homem, no meio natural selvagem. O convívio harmonioso e o sentido telúrico aumentaram à medida que o perigo e hostilidade do mundo rural foram sendo domesticados. Em síntese, é o ideal ocidental de controle sobre a natureza. O desenvolvimento da atividade de jardinagem, na Inglaterra do final do século XVIII, é ilustrativo do contraste do país mais urbanizado do mundo ter-se tornado o principal país defensor do meio natural.

No geral, é dentro desse cenário, de predominância da ordem capitalista de subordinação dos recursos naturais aos desígnios do mercado que, de forma contraditória, se disseminam valores sociais, a partir do século XIX, de tendências pró-ambientalistas que seriam responsáveis pela emergência de uma visão valorativa do ambiente natural, nos moldes do que conhecemos no período recente. Leis (1999) avaliou a expansão desse movimento de valorização da natureza em cinco fases consecutivas. No primeiro momento, predominou uma fase estética ambientalista, embora a atitude frente à natureza



não tenha se resumido simplesmente a uma visão contemplativa do meio natural, pois nos anos de 1824 e 1967 foram fundadas, respectivamente, as primeiras organizações de proteção aos animais (Society for the Protection of Animals e The East Riding Association for de Protection of the Sea Birds), que se colocavam em oposição à matança de pássaros (p. 61). Nesse período, foram criados, nos EUA, os parques nacionais Yellowstone, em 1872, e o Yosemite, 1890.

A segunda fase tem conotação mais ‘política’. O debate ambiental entra na agenda política americana durante o mandato do presidente Theodore Roosevelt, nos anos de 1908-1909, a partir do Congresso Conservacionista Norte Americano, realizado em Washington, D.C. de fevereiro de 1909, que situou a questão do meio ambiente como problema de dimensão internacional. Naquele mesmo ano, em Paris, realizou-se o Congresso Internacional de Proteção da Natureza, tendo como resultado a fundação de uma Comissão Consultiva Internacional, para a Proteção da Natureza, em 1913. Com a ocorrência das duas grandes guerras mundiais os impulsos ambientalistas entrariam num longo período de estagnação (LEIS, 1999).

No após guerras, o debate ambiental chega no âmbito científico. O processo de criação da ONU, da União Internacional para a Proteção da Natureza – IUPN, a FAO, Organização Educacional, Científica e Cultural das NAÇÕES Unidas – UNESCO, a partir do final dos anos 40 em diante, além da realização de outros congressos mundiais, refletiram a preocupação dos cientistas com os problemas ambientais, relacionados ao desenvolvimento, à pobreza, à fome, à poluição e à tecnologia. Nos anos 60 em diante, o signo de modernização começa a perder legitimidade social. Os movimentos ambientalistas, as organizações não-governamentais nascidas na Europa e EUA começam a questionar os danos produzidos à natureza. O surgimento de ONGs, como a UICN, WWF, Greenpeace, Amigos da Terra, se alastrando, com filiais por vários países do mundo e promovendo discussões e protestos em escalada internacional, dão sinais da dimensão que tomou o debate ambiental.

No quinto estágio, o ambientalismo se institucionaliza, a partir da segunda metade do século XX. Nos anos 70 em diante, surgiriam os partidos verdes, pautados pelos princípios da defesa da ecologia, justiça social, democracia participativa e ação não violenta. Os primeiros partidos políticos vão formar-se na Europa: na Nova Zelândia, em 1972; na Inglaterra, em 1973; na França, 1974; Bélgica, 1978; Suíça, 1979. No Brasil e EUA, predominantemente, surgirão a partir dos anos 80. Com a crise ecológica apontando para a escassez dos recursos naturais e os limites do desenvolvimento econômico, aos poucos vão- se processando uma mudança do sistema político, em que se desloca o problema ambiental para o centro do poder do Estado, sob o olhar reivindicativo da sociedade civil, e sustentado pelo domínio da racionalidade do mercado, sintetizada no slogan comum: “ambientalmente sustentável, politicamente justo e socialmente viável” (LEIS, 1999).

Como vimos, o caso das florestas acreanas, ocorrido no Acre, a partir de 1970, é consequência desse movimento geral de internacionalização do sistema capitalista de produção que, de maneira



contraditória, acionou movimentos de proteção social com a redefinição da relação entre as forças sociais e econômicas do campo e da cidade. Os conflitos sócio-ambientais, estabelecidos entre aqueles que defendiam as florestas, como base para o desenvolvimento regional e os que consideravam as florestas como atraso e empecilho para o desenvolvimento, ofereceram um exemplo empírico, típico para pensar concretamente como a percepção social sobre a natureza, aqui entendida na forma dos recursos naturais, definiu e orientou à maneira (o ritmo, a escala, e intensidade) de como a política econômica foi fomentada para o uso e a apropriação do meio ambiente natural, em favor de um desenvolvimento sustentável, durante a gestão do Governo da Floresta.

6 O DESENVOLVIMENTO COMO PROCESSO SOCIAL, RESULTADO DA COEXISTÊNCIA DO PRINCÍPIO DA ECONOMIA E DA POLÍTICA

Entendemos o desenvolvimento como um processo social amplo, que visa superar os problemas das necessidades crescentes da sociedade, com vistas à expansão das liberdades substantivas, criação de capacidades para participação das pessoas com a eliminação das carências que limitam as escolhas e as oportunidades sociais, de maneira que a ampliação das liberdades substantivas, relacionadas como estão aos pressupostos morais, que superam a variável do simples crescimento econômico (renda per capita; PIB), como quilate exclusivo de aferição do desenvolvimento, pois pressupõe melhorias do conjunto da vida social com a prosperidade das políticas públicas de bem estar humano (SEN, 1999; SEN, 2000).

Por esse motivo, portanto, consideramos que a noção de desenvolvimento, enquanto processo, não pode ser compreendido como “movimento histórico casual, indeterminado, imprevisto, ocorrendo, desordenadamente, sem legalidade interna, mas ao contrário, temos de interpretá-lo enquanto processo” no sentido de que ele “...é uma sucessão de aspectos, algo que admite, sem dúvida, descrição empírica em termos de justaposição cronológica, mas é sucessão que, em essência, implica procedência, segundo conexão”, e mais, “...só podemos interpretá-lo como processo, se descobrimos a unidade que nele se espelha, unidade dinâmica, ou seja, concatenação de fatos, segundo uma idéia unificadora, multiplicidade de situações, interiormente relacionadas” (Guerreiro RAMOS, 1965, p. 20-21).

Nestes termos, estamos salientando a experiência do Acre que, a partir do final da década de 1990, passou a difundir que estava implementando um processo de desenvolvimento sustentável, de âmbito local, sob o signo da florestania e da identidade do ser acreano. Com esse propósito, o referido governo assentava os aspectos principais que, segundo nossa análise, caracteriza a essência do desenvolvimento quando (i) definia a esfera do local como espaço do desenvolvimento, (ii) estruturava o desenvolvimento sob o escopo de projeto político de governo como foco da identidade da população,

(iii) e por fim, concebia a essência daquilo que daria unidade ao desenvolvimento visualizado, a sustentabilidade.

Temos então, que toda a dissidência das análises que colocamos em destaque, ou mais ainda, toda a polêmica sobre a experiência do Governo da Floresta destacada, seu êxito ou seu fracasso, está assentada na especulação de qualificar se seu desenvolvimento é sustentável e\ou insustentável, ao que pese o fato de que o mesmo ganhou notoriedade internacional e nacional e legitimidade política local, em razão da ação concreta de sua administração. Ocorre que para saber se o desenvolvimento do Acre é sustentável ou não, isso vai depender do que estamos considerando como desenvolvimento e como sustentabilidade. Neste sentido, antes de tratarmos diretamente das dimensões e indicadores que recobrem o desenvolvimento sustentável, faremos uma sinopse acerca das origens da noção sobre desenvolvimento e de como ele chegou à sua versão atual do desenvolvimento com sustentabilidade.

O princípio histórico do processo de desenvolvimento tem sua referência no século XIX¹⁰, quando no plano econômico, deu-se a consolidação do sistema capitalista de produção, sob a dinâmica tecnológica e racionalizada do saber científico, que promoveu o aumento da capacidade das máquinas, de incrementar a produção das mercadorias. No quadro político, esse momento coincidiu com o processo de formação dos estados nacionais modernos, que trouxeram à tona o princípio da nacionalidade, enquanto instrumento sócio político, para resguardar a ordem, a segurança e promover o desenvolvimento econômico da sociedade que se formava.

Mas esse movimento deu-se de forma lenta. Segundo Braudel (1995, apud FIORI, 2004, p. 20) a consolidação da burguesia do comércio, à longa distância – pelo controle da terra e dos ofícios administrativos – nasce da modelagem estabelecida com o rei, os governos e os príncipes, numa tendência centralizadora do poder político.

Simultâneo a esse ímpeto, pela expansão do comércio à longas fronteiras geográficas, de escala global, as moedas vão-se concentrando como unidade nos limites de seus territórios nacionais. O momento do encontro do poder político com o mercado, coincide com uma tendência de monopólio e concentração do poder, que vai impulsionando uma vontade política centralizadora: “fiscal, administrativa, militar ou mercantilística” (BRAUDEL, 1985, apud, FIORI, 2004, p. 20).

Nesse sentido, o encontro que produz os estados nacionais e cria a economia nacional, corresponde a esse espaço político, que foi sendo transformado pelo poder do Estado, devido às necessidades e às inovações da vida material, quando o poder político achou de nacionalizar as

¹⁰ Elias analisa que o longo processo civilizador do ocidente tem suas origens no final da Idade Média, séculos XII-XIII, quando nestes períodos começaram a germinar as bases da sociedade moderna. Uma nova classe social – os burgueses – começa a emergir e a criar as possibilidades de confronto com as forças senhoriais dominantes do ancien régime. Com a formação dos primeiros Estados, no século XV (absolutistas), moveram-se dois grandes processos sociais entre os homens – as relações de troca e regimes políticos – em escala e intensidade variadas, que foram impulsionados, simultaneamente, por revoluções lentas e sucessivas, que desenhavam seu caminho no exato momento em que as disputas política e econômica irrompem nos seus contextos sociais determinados (ELIAS, 1993).



atividades econômicas, dentro do espaço territorial, economicamente coerente, unificado, cujas atividades passaram a se desenvolver em conjunto numa mesma direção, criando fronteiras tributárias externas, eliminando as suas barreiras internas e dando origem, através de sua dívida pública, a um sistema nacional de crédito (FIORI, 2004, p. 20).

O processo de desenvolvimento decorre, portanto, da convergência do conjunto dessas condições, quando, nessa época, desenvolve-se a economia de troca, que liga os isolados mercados do mundo, arrastando algumas mercadorias preciosas – ouro, prata, especiarias, madeira, produtos agrícolas, açúcar, café, por exemplo – e que aos poucos vai demarcando as fronteiras e definindo os limites internos da economia (BRAUDEL, 1985). O incremento da automação e o reflexo disso na divisão social do trabalho, assim como o desenvolvimento da indústria e crescimento urbano das cidades, sob a bandeira de regimes políticos considerados como democráticos, demarcam precisamente, o ponto de origem em que essa dinâmica social se engendra.

No caso do Brasil, o momento de gênese moderna do Estado e do seu processo de desenvolvimento econômico, dá-se na década de 1930, quando se começa a implantar o processo de industrialização do país. Neste período, do ponto de vista político, praticamente não se origina, no caso brasileiro, uma estrutura social superior, estranha àquela ordem colonial antiga, ao contrário, persiste a manutenção dos privilégios das oligarquias dominantes, que se apropriam da esfera estatal, para fundar uma sociabilidade, fixada na apropriação da coisa “pública” – o coletivo – pela esfera privada. Tudo isso foi reflexo da forma como a economia europeia vai se integrando aos mercados coloniais agro-exportadores, caracterizando-se pela realização de um desenvolvimento mercantil, integrado internacionalmente em bases de circulação de bens e força de trabalho, conectando a colônia e os seus entrepostos comerciais com a metrópole, numa relação de dependência e subordinação social e econômica, hierarquizada.

Segundo Moraes (2006) o mundo que o Ocidente construiu, desde a Revolução Industrial do século XIX, trouxe a idéia de introduzir reformas aqueles países considerados atrasados ou tradicionais, a tal ponto que os mesmos pudessem chegar ao nível das nações modernas ou desenvolvidas, mediante o firme percurso em uma linha reta do ideal evolutivo que os pioneiros da modernização haviam desbravados, anteriormente, pela via do desenvolvimento.

Nos anos do pós-guerra, os Estados Unidos assumiram uma interpretação político ideológica, acerca do processo de desenvolvimento e modernização da sociedade. Os pensadores americanos criaram a formulação da idéia de subdesenvolvimento, ao mesmo tempo, que estabeleceram os dispositivos para superar tal condição, mediante o processo de modernização. Nessa situação, os EUA se colocavam como padrão de referência e como espelho para aonde, os países atrasados e tradicionais, deveriam procurar visualizar. As diretrizes internas dessa idealização encontram-se em Moraes:

A idéia de modernização é, sobretudo, norte-americana, tendo sido desenvolvida por cientistas sociais norte-americanos, no período após a Segunda Guerra Mundial e alcançado o ápice de



sua popularidade, em meados da década de 1960. Duas características desse período se destacam: uma atitude predominante de complacência com a sociedade norte-americana e a expansão dos interesses políticos, militares e econômicos dos Estados Unidos, por todo o mundo. A sociedade norte-americana tendia a ser vista como fundamentalmente consensual, combinando prosperidade econômica e estabilidade política inigualáveis dentro de uma moldura democrática. Os problemas sociais que pudessem existir, além disso, eram tratados não como endêmicos, mas como aberrações que poderiam ser solucionadas por processos políticos normais dentro das instituições existentes. Após duas décadas de agitação, a tranquilidade da prosperidade e estabilidade no período pós-guerra parecia uma conquista significativa. O futuro da sociedade moderna parecia agora assegurado; apenas o das 'áreas em desenvolvimento' parecia problemático. Esta atmosfera de complacência e auto-satisfação só podia encorajar entre os cientistas sociais a idéia de que a 'modernidade' era de fato uma benção, e as instituições e os valores da sociedade norte-americana, pelo menos da forma em que existiam em suas manifestações mais idealizadas, constituíam um modelo apropriado a ser emulado por outras sociedades menos afortunadas (TIPPS, 1973, p. 208-9, apud MORAES, 2006, p. 102).

Deste receituário norte-americano podemos tirar algumas implicações operacionais. Na miragem desses países atrasados e subdesenvolvidos, os formuladores dos EUA procuraram referendar sua auto-imagem em três principais pilares: (i) em primeiro lugar, se colocaram como o supra-sumo do moderno, o ponto aonde todos deveriam chegar, com o fim da história da sociedade; (ii) em segundo, assumiram, de modo conveniente, a desigualdade entre as nações, a existência "positiva"¹¹ de mundo desenvolvido e subdesenvolvido; (iii) finalmente, os formuladores prefiguraram que a superação do atraso se daria por intermédio do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo (MORAES, 2006).

Tudo isso só foi possível, convém sublinhar, porque floresceu num contexto bastante favorável aos norte-americanos. No pós-guerra, os EUA despontaram como novo *hegemon*, num cenário em que a Europa se encontrava destruída política e economicamente (ARRIGHI & SILVER, 2001). Com o início da reconstrução europeia, embebeu-se de certa euforia, decorrente do desenvolvimento das forças produtivas e crescimento econômico, que marcaram a Idade de Ouro do capitalismo, nos seus 25 anos gloriosos (1945-1970). Teve influência significativa, neste cenário, a emergência dos regimes socialistas nas decisões políticas internacionais, assim como as nações de descolonização recente do Terceiro Mundo (MORAES, 2006).

Mal passados os anos gloriosos do capitalismo, e mesmo durante o seu desenvolvimento desigual, constatou-se que, se por um lado, houve crescimento dos países europeus, por outro, o

¹¹Todo o receituário dos formuladores norte-americanos, encontrou respaldo nas ciências sociais. Talcott Parsons em suas teorias da ação social deu suporte para o ideário do desenvolvimento e modernização das estruturas da sociedade. Segundo Moraes (2006), "na formulação parsoniana dessa visão teleológica, a sociedade moderna, quando comparada com a tradicional, tem a vantagem de saber adaptar-se às situações cambiantes. Sobrevive a desafios. Não se deixa levar, leva. Não se deixa destruir – destrói e se reconstrói. O 'solvente universal' da modernização desagrega e reintegra, gerando instituições especializadas (escolas, hospitais, asilos, creches, por exemplo) que dão conta de funções, antes embutidas em uma única instituição (a família estendida). O pólo moderno tem duas virtudes capitais: a) a capacidade de transformar o mundo atrasado, que como diz Latham, é entendido como algo deficiente (ainda não moderno), tanto do ponto de vista cultural quanto material; b) apontar para um desafio – desejável e provável – quase uma inclinação de gravidade – já que o 'ser moderno' significa capacidade maior de adaptação às circunstâncias cambiantes, capacidade maior de responder a desafios externos" (MORAES, 2006, p. 140-1).



processo de desenvolvimento deixou em seu caminho, rastro de pobreza, estagnação, marginalização, e uma verdadeira exclusão social a tal ponto que o modelo de desenvolvimento econômico, em curso, foi demasiado evidente para ter sido ignorado. No seu estágio de “ascensão” e prestígio, a idéia de desenvolvimento significou, predominantemente, o crescimento e progresso econômico, e mesmo assim, conforme apontado acima, a pobreza e o padrão de vida mantiveram-se em níveis crescentes, principalmente em países como a América Latina (ROMANO & ANTUNES, 2002).

Contata-se, por exemplo, que embora o mundo ocidental tenha percorrido quase duzentos anos de desenvolvimento e presenciado ciclos bastante significativos de crescimento econômico, desenvolvimento tecnológico e melhoria do padrão de vida material e humano, na década de 90, persistiu de forma mais drástica, o aumento, em escala planetária, do abismo da pobreza e da exclusão social. Mais de dois terços da população mundial viram suas vidas, aos poucos, se afogarem num fosso comum de privações das “liberdades substantivas” (Amartia Sen, 2000). Concomitantemente, houve o alargamento da concentração de renda e de riquezas, por parte dos núcleos hegemônicos e, com isso, conseqüentemente, a promoção mais extremada das desigualdades entre os países e/ou as regiões. O desemprego cresceu, acentuadamente, e as relações de trabalho foram paulatinamente sendo flexibilizadas e precarizadas, ao mesmo ritmo que se expandia o trabalho informal¹² e crescia o número da população dos desfiliaados sociais, conforme classificou Robert Castel (1998). Na sua obra *A Metamorfose da Questão Social*, o autor toma a dimensão do “social” como base empírica de análise e procura estudar o núcleo da sociabilidade moderna – o trabalho –, a partir das transformações recentes que abalaram a centralidade desse elemento de coesão da sociedade, que se estabeleceu com a desestruturação do Antigo Regime, na transição do século XVIII para o século XIX. O crescimento em larga escala do desemprego, da informalidade, a precarização e flexibilização das relações laborais, a desterritorialização dos ‘desfiliaados’ (imigrantes, estrangeiros, em busca de trabalho) e principalmente, a perda da capacidade do trabalho, moldar o tecido social como poder integrador dos indivíduos, problematiza a dimensão do impasse social contemporâneo. Neste momento, persistiu a economia do lucro, ajustada pela intervenção da política, nos moldes de uma ordem social competitiva que prefigurava o descarte de enormes levas de indivíduos à condição de seres sociais “desfiliaados”, negando-lhes o seu princípio constitutivo, o ethos do trabalho, e engendrando zonas de vulnerabilidades inteiramente imprevisíveis na busca de satisfazer seus atos mais primários. Não é arbitrário o fato do terrorismo e a insegurança global serem os sinais mais visíveis do período atual.

¹² Só para efeitos comparativos, no Brasil, no ano de 1992 a taxa de desemprego estava em torno de 6,5 pontos percentuais, o que representava 4,4 milhões de desempregados. No ano de 2002 este percentual subiu para 9,2%, o equivalente a 7,9 milhões. Houve, portanto, um crescimento de 79,2 % do total do nível de desemprego de 1992 a 2002. (Folha de São Paulo, sábado, 11 de outubro de 2003. p A5). No mês de março, de 2007 foram criados 146 mil novos postos de trabalho com carteira assinada, no país (levantamento do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, Caged), apesar disso, no entanto, dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) mostraram que no mesmo mês o índice de desemprego ficou na casa dos 16,6% no país.



A degradação dos recursos naturais aquáticos e terrestres, os desmatamentos e a perda da fertilidade dos solos, a poluição das águas, a acidez das terras e destruição de florestas e a acumulação dos gases (SPANGERBERG, 1998) foram alguns dos efeitos colaterais da modernidade do desenvolvimento que ameaçaram, de forma extraordinária, o meio ambiente natural e concorreram, conjuntamente, para intensificar, no período contemporâneo, o aumento das privações das liberdades substantivas com a persistência das desigualdades sociais, fome, calamidades sociais, e escassez diversa (SEN, 2000).

Por essas razões, na década de 90 as doutrinas neoliberais¹³ centradas na defesa do “livre mercado” foram abaladas por inúmeras críticas, uma vez que não haviam logrado sustentar com sucesso, a entrada dos países do Terceiro Mundo no “progresso” – pois trouxeram ainda enormes problemas ambientais – levando a idéia do desenvolvimento à ruína e ao desmoronamento. Mesmo assim as políticas neoliberais continuaram hegemônicas, campeando a soltas e o fato delas estarem também associadas amiúde ao desiderato dos modelos teóricos globais, fizeram com que o espaço local e/ou regional passasse a adquirir relevância crescente, como lócus, para se pensar a implementação das estratégias de desenvolvimento, em função de dois motivos principais. O local, primeiramente, seria um mecanismo para fortalecer a fraca governabilidade do Estado, com o processo de “descentralização”, e, em segundo lugar, em função da crescente pressão da sociedade civil – comunidades – no sentido de exercer maior ingerência na gestão do Estado através dos mecanismos sociais de participação cidadã (ROMANO & ANTUNES, 2002), assim como havia ocorrido no Norte da Itália, que lograra desenvolver, segundo Robert Putnam (1996), melhor padrão material de vida, se comparado com a região Sul, do país italiano, pela efetividade de sua comunidade cívica.

Um dos traços da globalização moderna foi a produção da marginalização significativo do lugar, enquanto espaço de enraizamento do local. Segundo Escobar (2005, p. 134) “...o lugar – como experiência de uma localidade específica, com alto grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixa – continua sendo importante para a maioria das pessoas (...) existe um sentimento de pertencimento que é mais importante do que queremos admitir”, o que faz com que se considere a idéia de regresso ao lugar, como algo relevante. O autor exemplifica que os movimentos sociais de apelo ecológico e cultural a lugares e territórios específicos foram um dos principais protagonistas, que colocaram em confronto a crescente

¹³ Em linhas gerais a visão neoliberal, surgida nos anos 80, com o esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico, está assentada nos seguintes pressupostos: a) redução do Estado, devido à sua ineficiência em promover o desenvolvimento; b) “ampliação da Sociedade Civil” como mecanismo de controle; e c) “Mercado” livre como estímulo ao desenvolvimento natural (Sachs, 2000). No Brasil “as reformas estruturais do Estado Brasileiro proclamava, dentre seus objetivos, a retomada do crescimento – via redirecionamento do padrão de desenvolvimento – com ênfase na modernização da estrutura econômica no sentido de torná-la mais competitiva internacionalmente, assegurando, assim, ao país condições para enfrentar os novos desafios do ‘mercado’ sobre o contexto da globalização – caso contrário o país estava fadado a exclusão dos ‘benefícios’ da globalização e condenado ao atraso” (Paula, 2003: 183).



compreensão de que qualquer saída alternativa para o desenvolvimento sustentável, deve levar em consideração os modelos de natureza, baseados no lugar, assim como suas práticas localizadas, que os acompanham. O movimento sindical dos seringueiros do Acre, que aqui estamos mencionando, é um bom exemplo para respaldar essa observação do autor. Não se trata, contudo, destaca o mesmo autor, de essencializar o espaço local, nem tão pouco de negligenciar os aspectos globalizantes, mas de basear os processos sociais, a partir das práticas e saberes onde se materializam. Moacir Palmeira (1999), estudando uma experiência de “políticas públicas” brasileiras chama atenção para a complexidade do poder local, dizendo que este, está sempre em conexão com a política nacional. Segundo o autor, não se pode entender essa dinâmica fora dessa associação do local com seu espaço mais amplo.

Com a falácia neoliberal contrariada nos seus prognósticos, impôs-se a necessidade de se construir outro modelo de desenvolvimento, capaz de corrigir e reajustar os equívocos e erros da fase anterior do desenvolvimento pró-mercado. A partir daí, surge um novo ethos para o desenvolvimento, moldado na versão denominada de desenvolvimento sustentado (Sachs, 2000), cujo principal desafio seria equacionar o desenvolvimento econômico, com a preservação dos recursos ambientais e justiça social, de modo que solucionasse a insatisfação crescente de amplos setores da população latino-americana, devido à deterioração das condições de vida aprofundadas, a partir da década de 1990.

Eli Diniz (2009) comenta que esse ponto de inflexão do liberalismo, sem rédeas, inverteu as abordagens contemporâneas, recuperando a importância do papel do Estado como regulador, indutor e coordenador do desenvolvimento: “a natureza e a qualidade do intervencionismo estatal reassumem, assim papel de destaque na discussão sobre as vias de desenvolvimento, no contexto do capitalismo globalizado, reconhecendo-se a pertinência de distintas modalidades de ação estatal. Ademais, deve-se acrescentar (...) a importância da função de coordenação estatal para alcançar o aumento do crescimento e competitividade das economias nacionais (...). Ao invés de se pensar, como no auge do pensamento neoliberal, em termos de polaridades, como a contraposição entre modelo estatista-protetionista versus economia de mercado; modelo exportador versus modelo, voltado para o mercado interno; matriz desenvolvimentista versus neodesenvolvimentismo, creio ser mais profícua a proposta da estreita relação de complementaridade entre o mercado, a atividade associativa, os micro-agentes econômicos e os aspectos centrais do marco institucional, vigente, isto é, regimes produtivos referem-se à organização da produção por intermédio de mercados e instituições correlatas” (DINIZ, 2009, p. 12).

Em síntese, a argumentação de Eli Diniz ressalta a centralidade do Estado na coordenação dos agentes econômicos, públicos e\ou privados, para dirigir as estratégias de desenvolvimento, voltadas à “consecução de metas coletivas”; revertendo aquela trajetória de “crescimento, associado à desigualdade na distribuição de renda, marca do antigo padrão desenvolvimentista”. A autora finaliza



dizendo que não é mais possível “ênfatizar a expansão econômica, em detrimento dos recursos ambientais. Ao contrário, representam aspectos indissociáveis de um projeto nacional, que responda às aspirações do conjunto da população” (DINIZ, 2009, p. 13).

Neste momento, a natureza passa a figurar nas estratégias de desenvolvimento como pressuposto do próprio desenvolvimento, visto que, nos momentos anteriores, ela era considerada como aspecto de figuração. Mas se o tema da natureza entrou tardiamente nas estratégias de desenvolvimento, isso não significa que o debate sobre a questão ambiental já não estivesse em pauta, no mínimo, desde o após guerras, quando o assunto ganhava tonalidade científica, é porque a discussão sobre o meio ambiente sempre esteve subordinada ao debate econômico, no tecido social.

Nesse processo, a formulação do conceito de desenvolvimento sustentável foi divulgado internacionalmente, a partir de 1988, pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente – CMMA, conhecida como a Comissão de Brandtland, que produziu um relatório, definindo os princípios do desenvolvimento sustentável, homologados por representantes de mais de 180 países, presentes no encontro. Na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, esses fundamentos da noção de sustentabilidade foram novamente ratificados politicamente. O fundamento da concepção do desenvolvimento sustentável segundo a Comissão assegura que: O desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforça o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações futuras ...é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades (IBGE, 2002, p. 11).

O Informe de La Haya sobre o Desenvolvimento Sustentável, do conceito à ação, organizado pelo Ministério de Cooperação para o Desenvolvimento da Holanda y PNUD, em março de 1992, considera “que há consenso cada vez maior em todo o mundo em que o desenvolvimento sustentável deve satisfazer às necessidades das gerações atuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades (Jan PRONK y Mahbulul HAQ, 1992, p. 04). Complementa Teresa Flores BEDREGAL que “o princípio da sustentabilidade implica um processo que pode manter-se no tempo, porque em base a uma visão integral de longo prazo, contempla uma série de previsões para que se ocasione um dano mínimo e\ou se reponha tanto o capital cultural como o produtivo e se mantenha boas condições o capital social e cultural”. Adverte dizendo que “isto não é fácil de lograr porque implica um capital humano, altamente qualificado, ciência, tecnologia ambiental e uma ordem político-jurídica efetiva (BEDREGAL, s/d, p. 32).

Nas palavras de Joachim Spangenberg (1998), que explora uma concepção do desenvolvimento sustentável, numa abordagem mais ecológica, o autor parafraseando o cientista P.M. Farnside, destaca os limites e o esgotamento dos recursos naturais os quais o processo de desenvolvimento teria a função básica de promover a sua reorganização para o uso em níveis sustentados. Com esse argumento considera que o “desenvolvimento se refere à uma mudança, que implica em melhoria na maneira com a qual as pessoas se sustentam. Embora a palavra seja, muitas



vezes, usada incorretamente como um sinônimo de ‘crescimento’, ela não implica, necessariamente, em aumento do consumo de matéria e energia, numa economia. De fato, se um crescimento contínuo de fluxo ou estoque for necessário, ‘desenvolvimento sustentável’ seria contraditório. Como os limites de crescimento restringem o uso tanto de recursos renováveis quanto de não-renováveis, estratégias para o desenvolvimento sustentável tem que, o longo prazo, concentrar-se na reorganização do uso dos recursos e na divisão dos benefícios desse uso” (SPANGENBERG, p. 20-21).

7 CONCLUSÃO

O grande período, que o debate sobre a valorização da natureza percorreu para chegar a ter efeito nas estratégias de desenvolvimento, na forma como entendemos hoje, efetivamente desde o pós-guerra, até finalmente conquistar legitimidade política dos governos nacionais, de quase todos os países do mundo, ocorrido no final do século XX, indicou o enorme desafio de equalização do desenvolvimento com a ação de coordenação estatal dos agentes econômicos, voltadas para a consecução de metas de justiça social, desempenho econômico e sustentabilidade ambiental. A experiência recente de desenvolvimento do Governo da Floresta, no Acre, tem sido importante para aferir o caráter sustentável do desenvolvimento nessa região mais ocidental da Amazônia.

As atividades produtivas já estavam em desenvolvimento e bastante encastoadas com a política econômica governamental quando, dos conflitos sócio-ambientais, no campo, surge o Movimento Social de Seringueiros, com a organização dos sindicatos rurais, dando visibilidade para o tema da natureza. A articulação da luta pela terra com a ecologia e a internacionalização da resistência dos seringueiros do Acre pela causa das florestas tropicais, alertaram o mundo sobre a importância da preservação ambiental e proclamaram a necessidade dos processos de desenvolvimento incorporarem a dimensão da sustentabilidade ambiental, como princípio do desenvolvimento. Diante das sofisticadas máquinas, cada vez mais complexa em suas engrenagens, das herméticas teorias sobre o planeta, bem como dos eloqüentes discursos políticos, laudatórios ou não, de forma muito trágica, foram os seringueiros que, no interior das florestas acreanas, tomaram as medidas mais concretas de preservação da natureza, com os empates contra as derrubadas das florestas acreanas, semelhante a outras formas de resistência na latino-américa. Da sua experiência derivaram-se os últimos elementos para o projeto político do Governo da Floresta.



REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. IPEA – Diretoria de Estudos Sociais. Nº 3. São Paulo: USP, 2000.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Quebradeiras de Coco Babaçu: identidade e mobilização. São Luis\MA: III Encontro Internacional das Quebradeiras de Coco Babaçu, 1995.

ANDERSON, Perry. O papel das idéias na construção de alternativas. IN: BORON, Atílio (Org.). Nova hegemonia mundial: alternativas de mudanças e movimentos sociais. 1ª Ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO, 2004

ARENDT, Hannah. O que é política! 5ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ARRIGRI, Giovanni, & SILVER, Beverly J. Caos e governabilidade no moderno sistema mundial. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora da UFRJ, 2001.

ARROYO, João Cláudio; MACHADO, José Alberto da Costa (Orgs.). Amazônia: estratégias de desenvolvimento sustentável. Uma contribuição para a Elaboração de Planos de Desenvolvimento e Agenda 21. Simpósio Internacional da Amazônia – SAI, UFPA: 1998.

BARROS, Glimes Rego. Nos confins do extremo oeste: a presença do capitão Regos Barros no Alto Juruá (1912-1915). Vol. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1993. (ISBN 85-7011-170-3 347

BASÍLIO, Sandra Teresa Cardioli. Seringueiros de Xapuri na luta pela terra e Defesa da Floresta: o projeto seringueiro, cooperativismo e educação popular. PUC São Paulo, 1992.

BEDREGAL, Teresa Flores. ¿Que es desarrollo sostenible?. ICIB – Instituto de la Biodiversidad. Desarrollo Sostenible. Revista de Ecología Política de Bolívia, nº1. Bolívia: La Paz, s/d.

BENCHIMOL, Samuel. Amazônia: um pouco antes e além depois. Manaus-AM: Umberto Calderaro, 1977.

_____. Romanceiro da Batalha da Borracha. Manaus: imprensa oficial, 1992.

BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2007. BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas\São Paulo: Papyrus, 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O afeto da terra: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza w o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1999. (Coleção Pesquisas)

BRANDT, Sergio Alberto. Mercado agrícola brasileiro. São Paulo: Nobel, 1979.

BRAUDEL, Fernand. A Dinâmica do Capitalismo. Lisboa: Editorial Teorema, 1985 (ed. Económica, 1986, 127 p.



_____. Uma lição de história de Fernand Braudel. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editó, 1986\1989. BRILHANTE, S. H. C. &

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. Gramsci e o Estado. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1980. BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CADAXO SOBRINHO, Edilson Simões. Análise econômico ambiental da substituição da floresta tropical amazônica por atividades antrópicas. Análise aplicada ao estudo de viabilidade da rodovia BR – 364 no trecho Rio Branco, divisa com o Peru, Acre, Brasil. Universidade Federal Fluminense, 1999. (tese)

CEDI 20, Cadernos do. Sindicalismo no campo. Entrevistas. Avaliação, perspectivas e desafios. Rio de Janeiro-RJ/São Paulo-SP, s/d.

CAMPBELL, Constance Elaine. O papel do projeto de educação popular na mobilização de uma comunidade rural: um estudo de caso com seringueiros do Acre/Brasil. Tradução: Cleusa Roney. UFF, 1990. (dissertação)

CARVALHO, H. M. O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionamentos do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis\RJ: Vozes, 2005.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

CASSIRER, ERNST. Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção Tópicos).

CAVALCANTE, Marcio Roberto Vieira. A questão do gado e da madeira na Reserva Extrativista Chico Mendes: algumas reflexões. IN: Marco Antônio de OLIVEIRA. (Org.) Pesquisa socioparticipativa na Amazônia ocidental: aventuras e desventuras. Rio Branco:EDUFAC, 2005.

CNS. III Encontro Nacional dos Seringueiros. Rio Branco\AC, 1992.

COSTA, Carlos Alberto Franco da. Conflitos sociais no campo e os núcleos de apoio rural integrado – NARIS. DE/UFAC, Rio Branco, 1993. (monografia)

COSTA, Craveiro. A conquista do deserto Ocidental: subsídios para a história do território do Acre. Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998. (1ª edição, 1973, Editora Nacional)

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. Capital e Trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre. São Paulo: Cortez. Rio Branco, AC: UFAC, 1992.

CRULS, Gastão. Impressões de uma visita à Companhia Ford Industrial do Brasil. IBGE, Revista Brasileira de Geografia, Ano 1, nº 4, outubro de 1939. CRUZEIRO DO SUL Prefeitura Municipal de. 77º Aniversário de Cruzeiro do Sul. 19º da Emancipação política do Acre. 1904-1981. Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul, 1981.



CRUZEIRO DO SUL, Prefeitura Municipal de. Edição comemorativa do centenário 1904-2004. Senador Geraldo Mesquita Jr. Vol II, Tomo, I, Brasília, 2004. CRUZEIRO DO SUL, Prefeitura Municipal de. Cruzeiro do Sul: um século 1904-2004. Cruzeiro do Sul: 2004.

CRUZEIRO DO SUL, Prefeitura Municipal de. Lei Orgânica do Município. Edição Oficial: ACRE, 1990. CRUZEIRO DO SUL, Prefeitura Municipal de. Álbum: a cidade de Cruzeiro do Sul: revisitando o Juruá. Cruzeiro do Sul\AC - Universidade Federal do Acre, 1994.

CRUZEIRO DO SUL, Território do Acre. Relatório Apresentado ao Presidente da República Juscelino Kubistchek de Oliveira. Abril de 1957. CUNHA, Euclides. Um paraíso Perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Coleção Documentos Brasileiros. Volume nº 203. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1986 350

DAHRENDORF, Ralf. Após 1989: moral, revolução e sociedade civil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

DIEGUES, Antônio Carlos. O mito da natureza intocada. 2ª edição. São Paulo: hucitec, 1998.

DINIZ, Eli. Estado, variedades de capitalismo e desenvolvimento em países emergentes. Seminário Internacional INCT-PPED-IE-UFRJ, Rio de Janeiro, 3 a 6 de novembro de 2009.

DOMINGOS NETO, José de Almeida. Aos trancos e barrancos: identidade, cultura e resistência seringueira na periferia de Rio Branco (1970-1980). Rio Branco: ADUFAC, 2004.

DUARTE, Élio Garcia. Conflitos pela terra no Acre: a resistência dos seringueiros de Xapuri. Rio Branco/AC, Casa da Amazônia, 1987.

ELIADE, Mircea. O sagrado e o profano. A essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador II: formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993. 2v.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós desenvolvimento? IN: LANDER, Edgardo (Org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. Estado, Ecologia e o desenvolvimento da questão agrária na Amazônia. Programa de Ensino e Pesquisa em Reforma do Estado: CAPES/MARE/CNPq/FINEP-CPDA/UFRRJ, RE-RH/02, Rio de Janeiro, 1998. . Do “Manso” ao “Guardião da Floresta”. Um estudo do processo de transformação social do sistema seringal, a partir da Reserva Extrativista Chico Mendes, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 1999. (Dissertação de mestrado)

FATHEUER Thomas; ARROYO, João Cláudio; MACHADO, José Alberto da Costa (Orgs.). Amazônia: estratégias de desenvolvimento sustentável. Uma contribuição para a Elaboração de Planos de Desenvolvimento e Agenda 21. Simpósio Internacional da Amazônia – SAI, UFPA: 1998.



FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária na América Latina – Enciclopédia contemporânea de América Latina y el Caribe. Disponível em: [HTTP://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Bernardo2006](http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Bernardo2006).

FERNADES, Marcos Inácio. O PT no Acre: a construção de uma terceira via. UFRN, 1999. (dissertação)

FERRANTE, Miguel Gerônimo. O seringal. 2ª Ed. Rio Branco: UFAC\FUNDAPE, 2003.

FIORI, José Luís. Estados, moedas e desenvolvimento. In: Fiori, José Luís (org.). Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações. Petrópolis: Vozes, 1999, pp. 49-85.

FIORI, José Luís. Formação, expansão e limites do poder global. In: Fiori, José Luís (org.). O Poder Americano. Petrópolis: Vozes, 2004, pp. 11-64.

FIORI, José Luis. Olhando para a esquerda latino-americana. IN: DINIZ, Eli (Org.). Globalização, Estado e desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GALVÃO, Roberto. Aspectos da economia da borracha no Território do Acre. Revista Brasileira de Geografia. Ano XVII, Nº 2, Abril-Junho de 1955. GARRAFIEL, Denise Regina. As políticas públicas de desenvolvimento sustentável no Estado do Acre (1999-2002). Rio Branco: UFAC, 2008. Dissertação.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Atlas da questão agrária brasileira: uma análise dos problemas agrários através do mapa. Universidade Federal do Mato Grosso: 2008. (Disponível: www.fct.unesp.br/nera/atlas)

GONÇALVES, Carlos Valter Porto. Nos Varadouros do Mundo: da territorialidade seringalista à territorialidade seringueira; dos seringal à Reserva Extrativista. 1999.

GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 7ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

_____. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. 6ª edição. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GUDYNAS, Eduardo. Ecología, economía y ética del desarrollo sostenible. ICIB\CLAES – Centro Latino Americano de Ecología Social. Ecuador: Plural Editores, 2003.

HALL, Stuart. Identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: PD&A, 2004.

HOUAISS. Antônio & VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S\C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE. Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2002. Diretoria de Geociência. Estudos e Pesquisas, Nº 2. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.



INGOLD, Tim. Culture and perception of the environment. IN: CROLL, E. & PARKIN, D. (Orgs.). O bush base: forest camp. Culture, environment. Londres: Routledge, 1992.

KEYSER, B. La renaissance rurale. Paris, Colin, 1990.

LEFEBVRE, Henry, 1986. IN: MARTINS, José de Souza. (org.) Introdução Crítica à Sociologia Rural. São Paulo: Hucitec, 1986.

LEFF, Enrique. Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau-SC: Editora da FURB, 2000.

LEIS, Hector. A modernidade insustentável. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. [Capítulos 3 e Parte II. (p. 41-198)]

LEIS, Hector. A modernidade insustentável. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. [Capítulos 3 e Parte II. (p. 41-198)]

LESBAUPIN, Ivo (Org.). O desmonte da nação: balanço do Governo FHC. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

LIMA, Cláudio de Araújo. Coronel de Barranco. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970

LÖWY, Michael. Marx, Engels e a ecologia. IN: MARGEM ESQUERDA, Revista. Ensaio marxistas. Nº 3. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MACFARLENE, Alan. A cultura do capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. [Cap. 4. Natureza (105-128)]

MANN, Michael. Estados nacionais na Europa e noutros continentes: diversificar, desenvolver, não morrer. IN: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.) Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. MAPA. Geo-Físico. 2009.

MARSDEN, Terry. Exploring a Rural Sociology for the Fordist Transition. Sociologia Ruralis, Vol. XXXII (2/3) 1992. p. 209-230.

MARTINELLO, Pedro. A batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o Vale Amazônico. Cadernos da UFAC, 1988.

MARTINS, Edílson. Chico Mendes: um povo da floresta. Rio de Janeiro: garamond, 1998.

MARTINS, José de Souza. (org.) Introdução Crítica à Sociologia Rural. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. O Poder do Atraso: ensaios de Sociologia da História Lenta. HUCITEC, São Paulo, 1994.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I. 16ª. Trad. Reginaldo Sant'Anna. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MARX, Karl & ENGELS, F. A ideologia alemã. 6ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.



MENDES, Chico. Por ele mesmo. Coleção autor por ele mesmo. São Paulo\SP: Editora Martin Claret, 2004.

MÉSZÁROS, István. O poder da ideologia. São Paulo: Bointempo Editorial, 2004.

MOORE JR. Berrington. Injustiça: as bases da obediência e da revolta. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MORAES, Reginaldo Carmello Correa. Estado, desenvolvimento e globalização. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

MOREIRA, Roberto José. Cultura, política e mundo rural na contemporaneidade. Estudos Sociedade e Agricultura, nº 20. Rio de Janeiro: CPDA, 2003.

MOURA, Margarida Maria. Camponeses. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Ana Maria Alves. (Orgs.) Desenvolvimento Sustentável: ecologia e manejo dos recursos naturais na Amazônia. Rio Branco\AC: Cadernos UFAC, 2002.

OLIVEIRA, Luis Antônio Pinto. O sertanejo, o brabo e o posseiro: os cem anos de andanças da população acreana. Belo Horizonte-MG: CEDEPLAC\UFMG, 1982.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Seringueiros da Amazônia: dramas sociais e o olhar antropológico. Niterói: EdUFF, 1998.

PADUA, José Augusto. Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2002.

PALACIO CASTAÑEDA, Germán. Globalización en la amazonia y globalización de la amazonia. una reflexión sobre la permeabilidad de la permeabilidad del espacio, el tiempo y el poder en las ciencias sociales” en almario garcía, oscar y ruiz garcía, IN: MIGUEL, Ángel. Escenarios de reflexión. Las ciencias sociales y humanas a debate (Medellín: universidad nacional de Colombia), 2006.

PAUL. R. E. The Rural-urban continun. Sociologia Ruralis, vol. 1, n 3-4. IN: PAHL. Readings in Urban Sociology, Oxford, Perganon Press, 1968.

PALMEIRA, Moacir. Poder Local. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 1999.

PAULA, Elder Andrade e SIMIONI SILVA, Sílvio (Orgs.). Trajetória das lutas camponesas na Amazônia-acreana. Rio Branco: ADUFAC, 2006.

PAULA, Elder Andrade. Seringueiros e Sindicatos: um povo da floresta em busca de liberdade. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ, 1991. (Dissertação de mestrado)

PAULA, Elder Andrade. Desenvolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

_____. Movimentos Sociais, Diversidade e Pensamento Único na Amazônia. Rio Branco, 2005a.



_____. A Conquista da Terra nas Florestas do Acre. IN: MEDEIROS, Leonilde Sérvo & LEITE, Sérgio Pereira (Organizadores). A Formação dos Assentamentos Rurais: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/ UFRGS/CPDA, 1999.

_____. Impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais. Equipe da Universidade Federal do Acre – UFAC. Relatório FINEP/CPDA/UFRRJ/UFAC, 2002.

PINTO, Álvaro Vieira. Ideologia e Desenvolvimento Nacional. Instituto Superior de Estudos Brasileiros. 2ª Ed. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Textos brasileiros de filosofia). MEC, Rio de Janeiro, 1959\1960.

POLANYI, Karl. A Grande Transformação. As Origens da Nossa Época. Rio de Janeiro: Campus, 4ª ed., 2000 (1ª ed. inglês: 1944), Caps. 1-2, 3, 6, 11-18, pp. 17-47, 51-61, 89-98, 161-257.

POTYGUARA, José. Terra caída. Rio Branco-AC: Fundação Elias Mansour, 1998.

PRADO JR. Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. 5ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense Limitada, 1957.

PRONK, Jan y HAQ, Mahbulul. El Informe de La Haya. Desarrollo sostenible – del concepto a la acción. Ministerio de Cooperación para el Desarrollo de Holanda y PNUD: Marzo de 1992.

PUTMAM, Robert D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. (1ª Ed. Em inglês: 1993).

RAMOS, Guerreiro. A redução sociológica: introdução ao estudo da razão sociológica. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda., 1965.

REDFIELD, R. Peasantry: part-societies e the social organization of tradicion. IN: REDFIELD, R. The little community and peasant society and culture. Chicago: Midway Reprint, 1989. (1ª edição, 1956)

RICHTER, Martha. Conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável de São Francisco de Paula – um plano de ação preliminar. Porto Alegre: EDIPURS, 1998.

ROJO, Luis Angel. Keynes y el pensamiento macroeconômico actual. Madrid, Editorial Tecnos, 1972.

ROMANO, Jorge. & ANTUNES, Marta. Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Rio de Janeiro: ActionAid, 2002.

ROMERO, José Luis. América Latina: as cidades e as idéias. Trad. Bella Josef. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004. SACHS, Inácio Wolfgang et. alii. Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

SACHS, Inácio Wolfgang et. alii. Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

SANT'ANA Jr. Horário Antunes. Florestania: a saga acreana e os povos da floresta. Rio Branco: EDUFAC, 2004.



SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: Santos, Boaventura de Sousa (org.). *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*. Porto: Edições Afrontamento, 2ª ed., 2002, pp. 31-106.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós modernidade*. 8ª Edição. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Laymert Garcia dos. Biodiversidade e políticas públicas. IN: FATHEUER Thomas;

SARACENO, Elena. *O Conceito de Ruralidades: problemas de definição de uma escala europeia (Unine: CRES)* Roma, 1996.

SCHMINK, Marianne & CORDEIRO, Mâncio Lima. *Rio Branco: a cidade da florestania*. Belém: EDUFPA, 2008.

SEMERARO, Giovanni. *Cultura e educação para democracia: Gramsci e a sociedade civil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SEN, Amartya Kumar. *Sobre ética e economia*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, Adalberto F. *Raízes da Ocupação Recente das Terras do Acre: movimento de capitais, especulação fundiária e disputa pela terra*. Mimeo. Belo Horizonte, 1982. (Dissertação de mestrado apresentada ao CEDEPLAR-UFMG).

SILVA, José Porfírio. *Preservação e sutileza: a política de desenvolvimento do governo do Acre (1987-1990)*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1998. Dissertação.

SILVA, José Pórfiro. *A reação do Governo do Acre face às críticas ao estilo de desenvolvimento local: intenções e ações (1987-1990)*. CPDA\UFRRJ, 1998b.

SILVA, Maria Jeigiane Portela. *Sistemas agroflorestais melhoram a renda e o nível de vida de pequenos produtores*. IN: *Boletim Informativo do Pesacre – BIP, Ano VII, nº 1*, páginas 4-5. Rio Branco-AC, outubro-dezembro, 2003.

SILVA, Mauro C. Rocha. *Sindicato em Movimento: representação política e os interesses no STR de Xapuri*. CPDA/UFRRJ, dezembro de 2001. (dissertação de mestrado).

SILVA, Mauro C. Rocha. *O STR de Xapuri e a representação política dos interesses dos seringueiros*. IN: PAULA, Elder & SILVA, Silvio Simione (Org.). *Trajetórias da luta camponesa na Amazônia-acreana*. Rio Branco-AC: EDUFAC, 2006.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. *História do Acre*. Rio Branco: Fundação Elias Mansour, 1995. 360
SMITH, Neil. In: *Desenvolvimento desigual. Natureza, capital e produção de espaço*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1984. (Caps. 1. A ideologia da natureza, p. 27-66 e, 2. A produção da natureza. (p. 67-108)



SPANGENBERG, Joachin H. IN: FATHEUER Thomas; ARROYO, João Cláudio; MACHADO, José Alberto da Costa (Orgs.). *Amazônia: estratégias de desenvolvimento sustentável. Uma contribuição para a Elaboração de Planos de Desenvolvimento e Agenda 21. Simpósio Internacional da Amazônia – SAI, UFPA: 1998.*

TAPIA, Jorge Ruben Biton. *Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: os desafios da construção institucional.* IN: DINIZ, Eli (Org.). *Globalização, Estado e desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

TOCANTINS, Leandro. *Estado do Acre: geografia, história e sociedade.* Rio Branco-AC: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998. (1ª edição, 1984, Assessoria de Comunicação do Estado do Acre). *Formação Histórica do Acre.* 4ª Ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001. 1º e 2º vols.

WANDERLEY, Maria de Nazaré B. *A Emergência de uma nova Ruralidade nas Sociedades Modernas Avançadas,* 2000.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.* Trad. de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; 3ª edição. Brasília; Editora da Universidade de Brasília, 2000. vol. I.

WHITEHEAD, Alfred North. *O conceito de natureza.* São Paulo: Martins Fontes, 1993. [Conferências de 1919. Resumo e os conceitos físicos fundamentais (193- 236)].

WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da floresta: uma história: alto Juruá, Acre (1890 1945).* São Paulo: Hucitec, 1999. 361

ZIZEK, Slavoj e DALY, Glyn. *Arriscar o impossível: conversas com Zizek.* São Paulo: Martins Fontes, 2006. (Coleção dialética).

Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE, Programa Estadual de Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre: aspectos socioeconômicos e ocupação territorial. Documento final, vol. II. Governo do Estado do Acre. Rio Branco: SECTMA, 2000.